

RUTH LEONORA WINCKLER MUSSKOPF

CONFESSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC:
FLOR DE PÁSCOA OU COROA DE ESPINHOS?

Dissertação de Mestrado Profissionalizante

Para obtenção do Grau de Mestre em
Teologia
Escola Superior de Teologia
Instituto Ecumênico de Pós-graduação
Religião e Educação

Orientadora: Sandra Vidal Nogueira
Co-Orientador: Oneide Bobsin

São Leopoldo

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M989c Musskopf, Ruth Leonora Winckler

Confessionalidade luterana no Bom Jesus/IELUSC : flor de páscoa ou coroa de espinhos? / Ruth Leonora Winckler Musskopf ; orientadora Sandra Vidal Nogueira ; co-orientador Oneide Bobsin. – São Leopoldo : EST/IEPG, 2007.
82 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia.
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia.
São Leopoldo, 2007.

1. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC – História. 2. Igreja luterana – Educação. 3. Igreja e educação.
4. Escolas luteranas – Joinville (SC) – História. I. Nogueira, Sandra Vidal. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da Escola Superior de Teologia

RESUMO

Esta dissertação quer discutir a presença da confessionalidade luterana numa escola da Rede Sinodal de Educação, vinculada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). A escola em foco é o Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC que, desde dezembro de 2006, teve seu nome mudado para Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. O Bom Jesus/IELUSC tem sua origem em 1866, com a construção da Deutsche Schule (Escola Alemã). Esta é fechada em 1938 e seu prédio é alugado para abrigar o Instituto Bom Jesus, iniciado em 1926, de propriedade da professora Ana Maria Harger. Em 1963, a Comunidade Evangélica de Joinville, dona do imóvel da antiga Deutsche Schule, compra o Instituto Bom Jesus, que passa a ser uma escola da Comunidade e, portanto, com identidade confessional luterana. A forma como essa confessionalidade se expressa, desde 1963 até hoje, é o tema deste trabalho. A partir da aquisição da escola pela CEJ, essa passa a chamar-se Colégio Bom Jesus. A união do pátio da escola com o da Comunidade, e seu conseqüente uso partilhado, tornou-se representativo das novas configurações e relações de poder. Há remodelações, disputas, ampliações e tentativas de novas criações. Esses movimentos geraram tensões e revelaram diferenças entre os objetivos de uma escola confessional e os de uma escola privada/particular. A aparência de uma escola comunitária/confessional nem sempre consegue esconder os valores e prioridades presentes em uma escola privada. Na busca por uma aparência e essência confessionais no Instituto Bom Jesus/IELUSC, foram criados o pastorado escolar e o universitário, que contribuíram para o diálogo entre a teologia luterana e a pedagogia, conforme previsto nas Diretrizes da Política Educacional da IECLB. Contudo, tanto um pastorado quanto o outro foram extintos de forma brusca e conflituosa. A tensão provocada pelos processos de extinção dos pastorados contribuiu também para revelar limites e disputas entre a essência e a aparência do Instituto.

ABSTRACT

This dissertation wants to discuss the presence of the Lutheran Confession in a school of the Rede Sinodal de Educação, linked to the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB). The Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, which prior to December 2006 was called Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, is the school discussed in this paper. The Bom Jesus/IELUSC began in 1866, with the building of the Deutsche Schule (German School). This school was closed in 1938. The building was rented to the Instituto Bom Jesus, which was founded in 1926 by a teacher, Ana Maria Harger. Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ), who owned the Deutsche Schule building, bought the Instituto Bom Jesus in 1963 and started a Church-school based on the Lutheran confession identity. This paper will describe the affects of introducing the Lutheran confession from 1963 to the present on this school. Comunidade Evangélica de Joinville changed the name of the school to Colégio Bom Jesus. The union of the school yard with the yard of the Congregation, and its consequent common use, became representative of the new configurations and relationship of power. It has undergone remodelings, disputes, enlargement and attempts at new creations. These developments have produced tensions and disclosed conflicts between the objectives of a confessional school and a private school. The appearance of a confessional/congregational school is not always able to hide the values and priorities present in a private school. In order to present a confessional appearance and meaning, the Institute created a ministry for a School Pastor and a ministry for a College Pastor. Both ministries contributed to the dialogue between the Lutheran theology and the pedagogy as understood in the objectives of the Educational Politics of the IECLB. Both ministries were closed abruptly and in a conflictive environment. The tension provoked by the procedure used for closure of these ministries continues to reveal limits and disputes between the essence and the appearance of the Institute.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE (CEJ) ADQUIRE O INSTITUTO BOM JESUS (IBJ) – OS PÁTIOS SÃO UNIDOS	9
1.1 De Deutsche Schule a Instituto Bom Jesus – o pátio é nacionalizado	10
1.2 De escola particular (IBJ) a escola comunitária (CBJ) – o pátio é retomado	13
1.3 Mudanças significativas no currículo – o pátio é remodelado	17
1.4 Estratégias de aproximação com a IECLB – o pátio é ampliado	22
2 PASTORADO ESCOLAR NO BOM JESUS – UM JARDIM DESLOCADO NA AMPLITUDE DO PÁTIO	27
2.1 As escolas no pátio da IECLB – definindo lugares	27
2.2 O Pastorado escolar no pátio do CBJ – construindo um jardim	30
2.3 1993 a 2001: o primeiro jardim – semeando Amor-perfeito e colhendo Comigo-ninguém-pode	35
2.4 2000 a 2006: o segundo jardim – plantando Espada de São Jorge e colhendo Boca-de-leão	42
3 ESCOLA CONFSSIONAL OU ESCOLA PARTICULAR? OS LIMITES DE UM PÁTIO DIVIDIDO	50
3.1 A política educacional da IECLB – um modelo para diversos pátios	51
3.2 Escola luterana – um pátio a ser construído e reconstruído	54
3.3 A confessionalidade luterana na CEJ e no Bom Jesus/IELUSC – um pátio com muitas pedras.....	58
3.4 Escola confessional: tensão entre o particular e o comunitário – um pátio em disputa	61
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	71
ANEXO A – Roteiro de entrevista com o Pastor Hans Burger e com o Senhor Raul Schmidt	74
ANEXO B – Roteiros de entrevistas com os pastores Tito Lívio Lermen, Alexandre Ari Monich e Carlos Musskopf	75
ANEXO C – Termos de consentimento para entrevistas	76
ANEXO D – Foto da Deutsche Schule, após a ampliação de 1910	81
ANEXO E – Foto atual do Bom Jesus/IELUSC	82

INTRODUÇÃO

Palavras que falam, frases que omitem, silêncios que contam, olhares que calam... Escrever sobre a confessionalidade luterana no Instituto Bom Jesus/IELUSC é contar palavras, dar volume ao silêncio, discutir olhares e questionar omissões. É dar vida a atas, transcrever a voz de quem é e de quem já foi, unir fragmentos e garimpar documentos. Escrever sobre esse tema é recuperar uma visão da história, entendendo a tradição também a partir de suas contradições. É encontrar um pátio e plantar um jardim.

Esta dissertação baseia-se em histórias, relatos, discussão de identidade, descobertas de tradições e vivências de contradições numa instituição educacional. Ela resgata histórias de vida, projetos pessoais e coletivos e discute a identidade confessional do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC a partir da tensão entre sua aparência e sua essência. Frei Betto já escreveu que, “como lembra Marx, se toda essência e aparência coincidissem, as ciências seriam supérfluas. Quem pensa enxerga além das aparências. Mas as aparências seduzem a ciência.”¹ Sendo assim, esta dissertação é uma tentativa de enxergar além das aparências, buscando confrontar a teoria e a prática do Instituto Bom Jesus/IELUSC com relação à confessionalidade luterana. Ali, aparência e essência são substantivos derivados de uma história de lutas e visões, de ambições e frustrações e de força e poder. Isso tudo encenado num pátio marcado por disputas, atropelos, diálogos, embargos e construções.

Há quem diga que as escolas da Rede Sinodal de Educação representam um problema para a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). O fato de

¹ BETTO, Frei. **A mosca azul. Reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p.232.

serem, em sua maioria, voltadas para alunos e alunas da elite econômica das cidades onde estão presentes, o fato de não permitirem ingerência da Igreja nos assuntos administrativos ou pedagógicos e o fato de não possibilitarem, na maioria delas, a eleição democrática de diretores/as são alguns dos sintomas que permitem questionar a postura dessas instituições de ensino. Elas se valem da reputação e do prestígio que a IECLB possui no ambiente ecumênico e até político, mas não permitem uma maior participação da teologia luterana no diálogo com a pedagogia. O Instituto Bom Jesus/IELUSC está inserido nessa realidade apresentada, vivendo o movimento de atração e repulsão com relação à confessionalidade e tudo o que ela representa para o contexto escolar.

O primeiro capítulo desta dissertação resgata parte da história do Instituto Bom Jesus/IELUSC, de Joinville. Seu início foi em 1866, com a constituição da Deutsche Schule (Escola alemã), construída para atender a elite econômica da colônia. Fechada em 1938, em decorrência do posicionamento de Getúlio Vargas diante dos conflitos internacionais, o prédio foi alugado para o Instituto Bom Jesus até 1963. Nesse ano, a Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ) comprou o Instituto Bom Jesus, dando-lhe um aparente caráter confessional. Passou a chamar-se Colégio Bom Jesus (CBJ), tendo na direção o Pastor Helberto Michel, que ocupou o cargo até 1984, e foi sucedido pelo Pastor Tito Lívio Lermen, atual diretor da Instituição. Para a construção deste capítulo, recorri às atas da CEJ, bem como a entrevistas com um membro do Departamento Educacional, na época da aquisição do CBJ, e com o pastor que acompanhou todo o processo e também foi professor no CBJ. As entrevistas foram semi-dirigidas, com autorização de uso para esta dissertação.

O segundo capítulo apresenta, em parte, o processo de aproximação entre as escolas da Rede Sinodal e a IECLB. Esse processo visava estreitar vínculos entre as duas, e um de seus resultados foi a criação, em 1984, dos pastorados escolares. O CBJ criou seu primeiro pastorado escolar em 1993 e este foi extinto em 2001. Em 2000, criou o pastorado universitário, que foi extinto em 2006. Para resgatar essa história à luz da preocupação com a confessionalidade luterana no CBJ, entrevistei o diretor geral, bem como os dois pastores que desempenharam as funções pastorais, na educação básica e no ensino superior. As entrevistas foram abertas, não dirigidas, mas

contaram com alguns questionamentos de minha parte. Os três entrevistados autorizaram a utilização das informações para esta dissertação. Além das entrevistas, servi-me da literatura disponível para a discussão sobre o lugar das escolas na IECLB, bem como sobre a tensão presente nessa relação. O entendimento e o exercício do poder no CBJ também são abordados neste capítulo e ilustrados a partir da análise de poder feita por Foucault em “Vigiar e Punir”.

O terceiro capítulo aborda a política educacional da IECLB, apresentando suas Diretrizes, bem como a influência destas na Rede Sinodal de Educação. Como a concepção evangélico-luterana de educação pressupõe o diálogo entre teologia e pedagogia, este é o ponto de partida para perguntar pela identidade confessional das escolas filiadas à Rede, além de focar especificamente a confessionalidade luterana no Instituto Bom Jesus/IELUSC. O relato da criação e extinção dos dois pastorados no Bom Jesus/IELUSC, apresentado no segundo capítulo, possibilita a discussão entre teoria e prática, entre o dizível e o visível. Assim, esse terceiro capítulo baseia-se principalmente em textos que definem as Diretrizes da Política Educacional da IECLB, os fundamentos pedagógicos da IECLB, da Rede Sinodal e do Bom Jesus/IELUSC, e discute esses documentos também a partir da experiência dos pastores escolar e universitário em uma instituição da Rede e, conseqüentemente, da IECLB.

De acordo com Frei Betto, “toda verdade humana é relativa; e o nosso juízo crítico, dotado de bom humor, deve sempre persegui-la, peneirando-a na dúvida.”² Tenho ciência de que também a verdade que exponho nessas próximas páginas é relativa e filtrada por minha experiência de 6 anos em contato estreito com o Instituto Bom Jesus/IELUSC. Contudo, busco revisitar essa experiência com os pés em outro lugar, usando a peneira da suspeita, mais do que a da dúvida, como contraponto ao meu juízo crítico. O bom humor esteve presente na perseguição das verdades que aqui se expressam, mas também o choro e a decepção marcaram presença. Revisitar um pátio que aparentemente era familiar e tropeçar em pedras anteriormente não vistas é redescobrir-me como sujeito capaz de encontrar outros pátios e de plantar novos jardins. “Quem pensa enxerga além das aparências.”

² Frei Betto, 2006, p.232.

Observação: Desde dezembro de 2006, o Bom Jesus teve seu nome alterado para Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC.

1 A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE (CEJ) ADQUIRE O INSTITUTO BOM JESUS (IBJ) – OS PÁTIOS SÃO UNIDOS

É comum vermos na história das comunidades evangélico-luteranas uma grande preocupação com a educação. Por isso, muitas comunidades, antes de construírem seus templos, construíam uma escola. Em Joinville, contudo, a história foi diferente. Tanto o templo luterano quanto a escola foram construídos pela Sociedade Colonizadora, e a manutenção da escola foi assumida pelo governo imperial. Entretanto, esse compromisso não foi honrado pelo governo e, após poucos anos, um grupo formado pela liderança dos imigrantes da colônia iniciou a construção de uma nova escola, tendo como modelo as escolas alemãs. A Deutsche Schule (escola alemã) foi construída no terreno da Igreja Luterana, mas não era uma escola comunitária (Gemeindeschule). Foi construída pela elite da colônia e para ela, sendo mantida com a mensalidade de seus alunos e alunas. Intercalando momentos de dificuldades e de êxito, a Deutsche Schule existiu até 1938, quando, devido às questões políticas nacionais e internacionais, foi fechada e seu prédio alugado para outra escola da cidade: O Instituto Bom Jesus, de propriedade de Ana Maria Harger. Somente em 1963, a Comunidade Evangélica de Joinville³ assume o compromisso com uma instituição educacional e adquire o Bom Jesus.

³ Comunidade Evangélica de Joinville – CEJ – é o órgão que abriga todas as paróquias de confissão luterana da cidade, bem como um departamento de Assistência Social. Seu CNPJ é usado por todas as paróquias. É a mantenedora do Colégio Bom Jesus, mas este tem CNPJ próprio.

1.1 De Deutsche Schule a Instituto Bom Jesus – o pátio é nacionalizado

A aquisição do Instituto Bom Jesus pela Comunidade Evangélica de Joinville ocorreu em 1963; contudo, é necessário reportar-se ao início da colonização de Joinville para poder compreender o significado deste empreendimento.

Os primeiros imigrantes chegaram em Joinville em 1851, provenientes de diversos países europeus, dentre os quais se destacam Suíça, Alemanha e Noruega. Nos primeiros anos, os imigrantes preocuparam-se em vencer as adversidades, desmatando, construindo casas, abrindo ruas e, para isso, contavam também com o trabalho das crianças. Os escritos de Nicholas Dechent relatam que os imigrantes mostravam-se, nesse primeiro momento, satisfeitos com a ausência de obrigatoriedade escolar para as crianças.⁴ Aos poucos, porém, a situação foi se normalizando, as casas ficando prontas, algumas ruas abertas, os horizontes se alargando, outras necessidades aparecendo e, em 1855, houve a fundação da Sociedade de Cultura, marcando um novo momento para a “Colônia dona Francisca”, hoje Joinville.⁵

Segundo Ternes, no início da colonização, a direção da colônia construiu, conforme sua responsabilidade, uma igreja evangélica e uma escola no centro da cidade. O governo imperial brasileiro deveria assumir sua conservação e a remuneração dos professores. Entretanto, a remuneração era baixa e inconstante e as instalações da escola eram muito precárias. Não era possível exigir muito do governo brasileiro, uma vez que a independência de Portugal ainda era fato recente e o sistema de ensino no país estava engatinhando. Contudo, os imigrantes viam a juventude desenvolvendo-se de forma insatisfatória e, segundo os padrões europeus, embrutecida.

Alarmados com a situação, líderes da colônia e da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, responsável pela colonização da região, reuniram-se para discutir o assunto. Iniciou-se então uma campanha para a construção de uma nova escola, encabeçada pelo “Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia), no dia 30.12.1865. Em 1866, ano em que “Dona Francisca” tornou-se município, o antigo prédio escolar foi destruído

⁴ Apud KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de escolas**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p.144. N. Dechent era professor e diretor da Deutsche Schule de Joinville quando de seu cinquentenário, em 1916. Escreveu sobre esses 50 anos, em alemão gótico.

⁵ Cf. TERNES, Apolinário. **Bom Jesus – 60 anos de ensino**. Joinville:Gráfica Meyer, 1986. p.22.

e, com muitas doações em dinheiro e material, foi iniciada a construção do novo prédio, em terreno da Igreja Evangélica. Essa construção sofreu muitas interrupções, uma vez que não havia dinheiro suficiente e a comissão encarregada acabou desistindo do empreendimento. Em 1873, uma nova comissão assumiu os trabalhos e, em 01.02.1876, iniciaram-se as aulas no novo prédio, na “Deutsche Schule” (Escola Alemã). Tratava-se de uma escola particular, que dependia do pagamento das mensalidades de alunos e alunas para manter-se. De 1879 a 1881, a escola ficou fechada por falta de professores. De 1885 a 1890 um professor alemão, com experiência em direção escolar na Alemanha, tentou implantar na Deutsche Schule, sem êxito, um ginásio superior nos moldes alemães.⁶

A escola foi vivendo de acordo com as possibilidades das pessoas envolvidas no projeto. Avanços e retrocessos estavam diretamente ligados aos professores que nela atuavam. Ternes relata que, em 1898, pela primeira vez, um pastor e professor assumiu a direção da escola. Tratava-se do Pastor Rau. Ele conseguiu mobilizar a comunidade, fez reformas, mas só permaneceu na escola por 2 anos. Com sua saída, outros professores também saíram, alguns foram demitidos, o número de alunos diminuiu e a insatisfação era geral.⁷

Theurer, professor alemão, assumiu a direção em 1902 e foi responsável por um grande progresso.

O número de alunos, em 1907, era de 196, com a absoluta maioria de filhos de imigrantes alemães, poucos, para não dizer raros, os de origem luso-brasileira, o que demonstra que a escola alemã, sob a direção de Theurer, recuperou o sentimento de germanidade e reaglutinou as principais famílias em torno da escola.⁸

Em 1907, com auxílio financeiro inclusive do Reino alemão⁹, iniciou-se a ampliação do prédio. Sua inauguração aconteceu 3 anos depois, com grandes festividades. “A escola alemã, além de um vistoso prédio próprio, recebia a elite de

⁶ Cf. TERNES, 1986, p.28-30.

⁷ Cf. TERNES, 1986, p.31.

⁸ TERNES, 1986, p.32.

⁹ Cf. DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p.45. Dreher afirma, baseado em G. BRUNN, que anualmente eram destinados recursos do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores para o Brasil e que as escolas de Santa Catarina eram as mais favorecidas. Também TERNES, 1986, p.33, confirma o recebimento de verbas do Império alemão para a Deutsche Schule de Joinville, em 1907.

Joinville do começo do século”.¹⁰ Em 1914, a 9ª. classe foi instalada, o que lhe conferia a posição de ginásio superior, dando aos aprovados acesso à Universidade alemã. Finalmente conseguiu-se o intento frustrado de 1885–1890, possibilitando à elite joinvilense o acesso direto à “verdadeira cultura”.¹¹

O Reino Alemão tinha uma política agressiva de preservação da germanidade nos países para onde seus habitantes emigravam. Assim, investia na imprensa alemã, na escola alemã, nas igrejas de fala alemã e na marinha alemã. Sua influência nas escolas de fala alemã deu-se através de professores, material escolar e subvenções financeiras.¹²

A Deutsche Schule sofreu muitos abalos durante a 1ª. guerra mundial (1914-1918) e não resistiu à segunda (1939-1945). Já em 1938, por decreto do interventor do Estado, Nereu Ramos, a escola alemã foi fechada.¹³ De 1930 a 1945 o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, que adotou medidas para a integração dos diversos grupos de imigrantes, bem como de nacionalização do ensino. Durante seu governo, ficou estabelecido que todas as disciplinas deveriam ser dadas na língua nacional, proibindo-se o ensino de qualquer língua estrangeira a menores de 12 anos. Isso acarretou problemas em todas as escolas alemãs, que tiveram que se adaptar à situação.¹⁴ Na Deutsche Schule de Joinville não foi diferente. Não conseguindo atender a todas as exigências da “nacionalização”, ela teve suas portas fechadas.

Segundo Ternes, havia outras escolas em Joinville. Uma delas, também particular, chamava-se Instituto Bom Jesus e havia sido fundada, em 1926, por uma professora de nome Ana Maria Harger. Essa escola não tinha prédio próprio e, com a extinção das atividades da Deutsche Schule, dona Ana assumiu a responsabilidade de administrar o patrimônio, alugando o prédio. Assim, o prédio, que ficava no terreno da Igreja Evangélica, deixava de abrigar a Deutsche Schule e passava a abrigar o Instituto Bom Jesus, dirigido por dona Ana. O pátio era muito grande, comum às duas instituições, mas separado simbolicamente por duas carreiras de cerejeiras. A Deutsche

¹⁰ TERNES, 1986, p.34.

¹¹ Cf. TERNES, 1986, p.34

¹² Cf. DREHER, 1984, p.44-45.

¹³ Cf. TERNES, 1986, p.89.

¹⁴ Cf. STRECK, Gisela I. W. **Escola Comunitária: fundamentos e identidade**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2005. (Teses e Dissertações, 25). p. 92-96.

Schule era propriedade da Associação Schulverein zu Joinville. Essa associação foi dissolvida em 1950, e seu patrimônio doado à Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ) – União Paroquial -, uma vez que o terreno pertencia a esta e os membros desse Schulverein eram, em sua grande maioria, evangélicos.

Relatando sobre dona Ana, Ternes conta que Ana Maria Harger nasceu em São José, próximo a Florianópolis, em 24.01.1892. Seu pai, que era alemão, tinha sido pastor luterano na Alemanha; no Brasil, contudo, tornou-se católico para poder exercer a função de professor. Dona Ana foi educada no seio de uma família florianopolitana de forte tradição católica. Em Joinville, participava semanalmente de missas na catedral e contava com o apoio da elite católica, bem como de alguns padres.

De acordo com Ternes, em 1953, foi criada a Sociedade Civil Filantrópica Bom Jesus, para a qual dona Ana doou tudo o que tinha, sob algumas condições. Dentre elas, a exigência de construir-se uma capela votiva ao Bom Jesus no seio do novo colégio que se planejava construir. Dona Ana afastou-se da direção do Bom Jesus por alguns anos, mas continuou lecionando e participando das reuniões administrativas. Em 1962, tendo assumido novamente a direção, expressou o desejo de vender a escola.¹⁵

1.2 De escola particular (IBJ) a escola comunitária (CBJ) – o pátio é retomado

Havia um grupo de irmãos maristas, de Curitiba, interessado em comprar o Bom Jesus e levá-lo para essa cidade. “D. Ana chegou a realizar entendimentos com um grupo de educadores de Curitiba, os quais desejavam adquirir todo o patrimônio, inclusive as autorizações de cursos, com o objetivo de transferir o colégio para a capital do Paraná.”¹⁶ Na reunião da diretoria e do Conselho Eclesiástico¹⁷ da Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ), em 09.08.1962, é comunicado o desejo de venda do Colégio, e expressa a preferência dada por dona Ana à CEJ. Todos os presentes manifestaram-se favoráveis à aquisição, uma vez que o prédio já era da CEJ, e formou-

¹⁵ Cf. TERNES, 1986, p.117-123.

¹⁶ TERNES, 1986, p.128.

¹⁷ O Conselho Eclesiástico é formado pelos presidentes de todas as paróquias que compõem a Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ) e por uma diretoria, eleita em Assembléia, composta por membros indicados pelas paróquias. Os pastores participavam das reuniões de acordo com uma escala estabelecida pela CEJ.

se uma comissão para estudar o assunto. A comissão era composta por três pastores e oito leigos, todos homens.¹⁸ Em dezembro, foi deliberado entrar em contato com dona Ana, estabelecendo-se as condições de compra. Foi também encaminhada a fundação da “Sociedade Civil e Filantrópica Colégio Bom Jesus”, com a participação de membros da CEJ.¹⁹

Em entrevista²⁰, o sr. Raul Schmidt afirmou que um grupo de ex-alunos do Bom Jesus e da antiga escola alemã foi desafiado a manter o Colégio em Joinville. O desafio maior, segundo ele, era: “Por que entregar para os irmãos maristas quando nós podemos segurar aqui?” Esse grupo, juntamente com o Conselho Eclesiástico da CEJ (alguns dos ex-alunos eram também membros do Conselho Eclesiástico), assumiram o desafio e começaram uma campanha para levantar fundos e comprar o Colégio. Mesmo que o prédio já fosse da CEJ, havia muitos outros gastos a serem considerados, entre eles, os móveis e utensílios e as rescisões contratuais.

O sr. Raul Schmidt foi fundador da Escola Técnica Tupy, uma escola que começou dentro da fábrica, para os operários. Ele afirma ter a educação como bandeira e por isso não poderia se furtar de colaborar na compra de uma escola onde estudou e queria ver seus/suas filhos/as e netos/as estudando. Educação é, para ele, também missão da comunidade religiosa.²¹

Conforme as atas da CEJ, em janeiro de 63, foram formadas 2 comissões: uma para avaliar móveis, máquinas e demais pertences do Colégio e outra para tratar, com dona Ana, do assunto professores/as e funcionários/as. Ainda em janeiro, discutiu-se a forma de adquirir e de administrar o Colégio Bom Jesus (CBJ).²² Decidiu-se reunir “pessoas de projeção” na cidade para ouvir sua opinião sobre o assunto e motivá-las a participarem ativamente do empreendimento.²³ Em março de 1963, em Assembléia Ordinária da CEJ, foram aprovados os nomes dos pastores e leigos que integraram a comissão para tratar do assunto CBJ. No final do mesmo mês, dia 28.03.63, em

¹⁸ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE. Joinville. **Livro de atas da CEJ de 1961 a 1969**. Ata de 09.08.1962. p.35. Participaram da comissão: p. Dauner, p. Zischler, p. Burger, sr. Ritzmann, sr. Heinzemann, sr. Günther, sr. Bornhold, sr. Kress, sr. Urban, sr. Bublitz e sr. Pahl.

¹⁹ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 13.12.62, p.41.

²⁰ SCHMIDT, Raul. **História da aquisição do Instituto Bom Jesus**. Joinville, 11 abr. 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.

²¹ Cf. Entrevista SCHMIDT, 2006, p.1

²² Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 09.01.63, p. 43.

²³ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 23.01.63, p. 45.

Assembléia extraordinária da CEJ, o primeiro assunto foi referente à aquisição do CBJ, e a meditação abordou a responsabilidade da Igreja com relação à educação:

Declarada aberta a Assembléia pelo sr. Presidente da Comunidade, pediu este para o sr. Pastor Kurt Hendrich que dirigisse as palavras iniciais da Assembléia. O sr. Pastor em palavras muito oportunas, disse das responsabilidades de cada um na sociedade, bem como da responsabilidade que cabe à Igreja na educação de nossa mocidade que representará o futuro de nossas famílias, de nossa Pátria e de nossa Igreja.²⁴

Conforme ata dessa assembléia, após a leitura de alguns relatórios e feitas algumas considerações, a aquisição do CBJ foi aprovada por unanimidade. Decidiu-se escrever uma carta circular para os membros da CEJ, dando ciência da compra.

Em setembro de 1963, em reunião da diretoria e Conselho Eclesiástico da CEJ, o sr. Raul Schmidt apresentou um projeto para a organização do Departamento Educacional da Comunidade. Este seria constituído de um Conselho Diretor, que, por sua vez, compõe-se de uma Diretoria Administrativa e de uma Diretoria Executiva. O projeto foi aprovado na forma de Regimento Interno do Departamento, e publicado no jornal “A Notícia”, de Joinville.²⁵

Em 3.10.63, a Diretoria Administrativa do CBJ²⁶ apresentou-se à dona Ana, sendo o encontro motivo de reportagem nos jornais locais.

O CBJ foi adquirido a custo de muito empenho para a obtenção de fundos. A Fundação Tupy foi uma grande doadora, mas algumas lojas e particulares também fizeram doações. Além disso, houve tômbolas, rifas e festas para o mesmo fim. A Tupy colocou, em 1964, no início da ditadura militar, seu escritório em Brasília à disposição do Colégio para o acompanhamento dos processos de obtenção de verbas federais. O CBJ aceitou a proposta.²⁷

Conforme entrevista com o Pastor Hans Burger²⁸, estava claro para o Departamento Educacional que o novo diretor do CBJ deveria ser um pastor. Num encontro da Federação Luterana Mundial, em São Leopoldo, no início de 1964, o p.

²⁴ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 28.03.63, p. 57.

²⁵ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 12.09.63, p.71-75.

²⁶ Nomes dos componentes da diretoria: Presidente: Dr. Raul Schmidt; Vice-presidente:Dr. Kurt Rosenberger; 1o. Secretário: Wolfgang Kress; 2o. Secretário: Lourenço Heinzelmann; 1º. Tesoureiro: Rodolfo Rechenberg; 2º. Tesoureiro: Boris Rassweiler; Conselheiro Eclesiástico: Pastor Hans Burger; Conselheiro Jurídico: Dr. Marcos Grossenbacher.

²⁷ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 19.11.64, p.112-113.

²⁸ BURGER, Hans. **História da aquisição do Instituto Bom Jesus**. Joinville, 8 abr. 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.

Burger encontrou o Pastor Helberto Michel, diretor de uma pequena escola evangélica em Marcelino Ramos, e comentou sobre a aquisição do Bom Jesus pela Comunidade Evangélica de Joinville. Explicou que a escola vinha de uma tradição católica e que estava sendo expressa a vontade de que ela tivesse, a partir de sua nova direção, uma orientação evangélica. A preocupação era tanto confessional, quanto cultural. O p. Michel mostrou-se interessado por esse desafio, o p. Burger relatou sobre o interesse ao sr. Raul Schmidt, e este convidou o p. Michel para uma entrevista.²⁹

Em 21.07.64, o p. Michel foi entrevistado pelo Conselho Eclesiástico. Ele veio como candidato a 5º. Pastor da CEJ e, ao mesmo tempo, diretor do CBJ. Na entrevista, deixou clara sua disposição em assumir a direção do CBJ, mas não os serviços pastorais na CEJ, já que seu interesse estava voltado ao ensino. Aceitas as condições, decidiu-se pela convocação do p. Michel para o cargo de diretor do CBJ.³⁰

O Pastor Burger morava numa casa localizada no pátio da igreja. Ficou acertado que, com a vinda do p. Michel, essa casa deveria ser liberada para ele e sua família, expondo-o diretamente ao pátio.³¹ O p. Michel assumiu a direção do CBJ em janeiro de 65 e sua instalação aconteceu no dia 31.01.1965, em culto festivo, na igreja que dividia o pátio com o colégio.³²

Como as instituições estão à rua Princesa Isabel, a igreja chamava-se “igreja da Princesa Isabel”. Escola e igreja *dividiam*, não compartilhavam, o mesmo pátio. Algumas “cercas” eram evidentes, outras nem tanto. Conforme palavras do p. Burger;

Quando nós começamos, tinha lá uma série de árvores – eram cerejeiras. Em fotos antigas você vê isso ainda. Então essas árvores eram praticamente uma certa barreira de espaço; o que era do lado – se você olha a igreja da princesa Isabel – do lado direito dessas árvores era praticamente só do CBJ. E do lado esquerdo, era mais da comunidade.³³

Aos poucos, as cerejeiras vão sendo cortadas, o pastor/diretor dispõe-se a morar no pátio e assume a responsabilidade de tornar a escola comunitária. O desafio assumido pela CEJ, mantenedora do CBJ, foi depositado em mãos de pessoas que se

²⁹ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.3

³⁰ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 21.07.64, p.99.

³¹ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 03.12.64, p.114.

³² Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 07.01.65, p.116.

³³ Entrevista BURGER, 2006, p.5

mostraram dispostas a trabalhar comunitariamente. Em conjunto, queriam resgatar tradições e propor novas possibilidades de relações e de exercício do poder.

1.3 Mudanças significativas no currículo – o pátio é remodelado

Mudanças significativas, problemas que se apresentavam para a nova direção e discussões sobre currículo raramente aparecem nas atas da CEJ. Entretanto, tudo isso aconteceu e pode ser resgatado através das entrevistas, além de ser lido nas entrelinhas.

No segundo mês de trabalho, o Pastor Michel foi convocado para a reunião da diretoria e do Conselho Eclesiástico da CEJ para fazer um breve relatório sobre suas primeiras providências na direção e para responder perguntas relacionadas ao *problema*.³⁴ O problema não é explicitado nem as perguntas são transcritas. O CBJ teria se tornado um problema para a CEJ? Seria a demissão de dona Ana o problema? Ou seria a questão financeira?

Na Assembléia Geral de 25.03.65, o Departamento Educacional apresenta um relatório, mas nenhum dos relatórios dos departamentos da CEJ, nem as atas de reunião desses departamentos encontram-se no arquivo da Comunidade. Os relatórios do Departamento Educacional também não se encontram no acervo do Colégio.

O salário do pastor/diretor foi assunto de muita discussão na reunião de abril.³⁵ Primeiramente, decidiu-se que ele receberia seu pagamento como os demais pastores, sendo pago pelo Caixa Central, que seria ressarcido pelo CBJ. Ainda no mesmo mês, em outra reunião, o assunto voltou à pauta,

ficando decidido que o referido Pastor receberá seu ordenado, como Diretor do Colégio, do mesmo CBJ, por intermédio do qual serão recolhidas as contribuições do IAPC, ficando a cargo da Comunidade o recolhimento integral das contribuições para a Caixa de Aposentadoria dos Pastores. (...) O aluguel residencial do Sr. Pastor Michel será custeado pela Comunidade, a partir de janeiro do corrente, ou seja desde o início da locação.³⁶

³⁴ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 18.02.65, p.120.

³⁵ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 08.04.65, p.127.

³⁶ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 29.04.65, p.129-130.

Na mesma reunião, decidiu-se que as despesas de mudança seriam divididas entre o Departamento Educacional e a CEJ. A casa no pátio do Colégio ainda não havia sido reformada, por isso a necessidade da locação de outra.

De acordo com as atas, percebe-se que o Departamento Educacional vai assumindo um trabalho autônomo, dirigido pelo sr. Raul Schmidt e pelo Pastor Michel, trazendo para as reuniões do Conselho Eclesiástico (C.E.) apenas questões formais. Por exemplo: é apresentada, em maio de 1965, a *decisão* de iniciar o curso primário no ano seguinte, fechando a lacuna que ainda existia no sistema educacional da instituição. Com esse curso, O CBJ passou a compreender desde jardim de infância até Faculdade de Ciências Econômicas.³⁷ É importante assinalar que esta foi a primeira faculdade de Joinville, a qual, a partir de 1º. de janeiro de 1968, foi integrada à Fundação Joinvilense de Ensino, deixando de pertencer ao Bom Jesus.³⁸

Ainda em 65, o Colégio contratou um contador³⁹ e propôs a construção de novos prédios escolares, nos fundos da igreja, buscando recursos da Alemanha.⁴⁰ Somente em meados de 66, depois de algumas reclamações do Pastor Michel, foi finalmente reformada a casa no pátio do Colégio e ele pode lá morar. Foram colocadas cercas e portões ao redor da casa.⁴¹

Em reunião de dezembro de 1966, o presidente da Comunidade pediu ao p. Hans Burger que relatasse sobre a entrevista mantida por uma comissão da Comunidade e Departamento Educacional com o Presidente Castelo Branco, quando de sua visita a Joinville.⁴² Em reunião do C.E. da CEJ, no mês seguinte, acusa-se o recebimento de telegrama do gabinete da Presidência da República agradecendo as manifestações de apoio apresentadas pela comissão em nome da Comunidade.⁴³

Na reunião do C.E. de fevereiro, o p. Michel fez a meditação e prestou esclarecimentos sobre o andamento do projeto das novas instalações e sobre o desenvolvimento do programa de ensino. Mais uma vez, esses esclarecimentos não estão registrados.

³⁷ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 19.05.65, p.131.

³⁸ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 13.09.67 e 4.10.67, p.197-201.

³⁹ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 01.07.65, p.133.

⁴⁰ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 04.08.65, p.134.

⁴¹ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 13.04.66, p.150, e 03.08.66, p.167.

⁴² Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 07.12.66, p.177.

⁴³ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 11.01.67, p.179.

Em Assembléia Geral Ordinária da CEJ, o p. Michel explicou porque ainda não foi possível estabelecer um curso preparatório para a Faculdade de Teologia.⁴⁴

Na Assembléia Geral Ordinária do ano seguinte, o p. Michel prestou esclarecimentos sobre a rubrica “lucros”, presente no relatório financeiro. Falou também da possibilidade de se conseguir o reconhecimento de “Utilidade Pública”.⁴⁵

Em junho de 68, o C.E. decidiu que todos os pastores teriam seguro contra acidente de trabalho. Todos foram pagos pela CEJ, com exceção do p. Michel que deveria ser pago pelo CBJ.⁴⁶

Na reunião do C.E., em agosto, retomou-se a questão referente à desvinculação do CBJ da CEJ, devido ao processo de utilidade pública.

O Pastor Michel leu o projeto de estudos da desvinculação do Colégio, necessária para conseguir-se a nomeação de utilidade pública Federal. A aprovação destes estatutos foi condicionada a melhor estudo por parte de uma comissão, que se reunirá para estudar a parte jurídica, neste sentido, foi solicitada a colaboração de diversos juristas.⁴⁷

Em 07 de outubro de 1968, o CBJ tem seu estatuto aprovado, deixando de ser parte do Departamento Educacional da CEJ. Acontece ali a desvinculação necessária para a obtenção de Utilidade Pública, mas a CEJ continua sendo a mantenedora.⁴⁸

Questionado sobre mudanças no currículo, a partir de 1965, Burger disse que houve mudanças na *interpretação* do mesmo. O presidente do Departamento Educacional, sr. Raul Schmidt, queria fazer do CBJ uma escola evangélica. Também fazia questão que o diretor fosse alguém da Igreja. Conforme Burger, é difícil dizer quando uma escola é ou não é evangélica. A questão do Ensino Religioso foi discutida logo no início, colocando-se a opção entre ecumênico ou confessional. Optou-se pelo caráter confessional. Decidiu-se também que Educação Moral e Cívica deveria ser lecionada por um pastor. Hans Burger foi o primeiro a lecionar essa matéria, no novo Bom Jesus, dando a ela um conteúdo mais ético luterano, abordando também a questão política a partir dessa mesma ética. É de se perguntar se a ética luterana dá fundamentação ao apoio à ditadura militar, conforme relatado anteriormente.

⁴⁴ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 02.04.67, p.186.

⁴⁵ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 31.03.68, p.219.

⁴⁶ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 12.06.68, p.233.

⁴⁷ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 14.08.68, p.245.

⁴⁸ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 07.10.68, p.260.

A grade curricular era estabelecida pelo Estado, cabendo então à escola a sua interpretação. Hans Burger não sabe dizer se outras matérias, além do Ensino Religioso e de Educação Moral e Cívica, receberam também um novo olhar, a partir da confessionalidade, uma vez que não se dispunha de professores luteranos suficientes. Certo é que a partir do momento em que o p. Michel assumiu a direção, iniciou-se uma discussão sobre a interpretação do currículo, sob a ótica evangélica.⁴⁹

Tanto Hans Burger quanto Raul Schmidt afirmaram, em entrevista, que a confessionalidade não foi decisiva para a compra do Colégio, mas sim a defesa da tradição e da cultura alemã. Entretanto, segundo Burger, o sr. Raul sempre se manifestou a favor da fé evangélica. “Ele não queria apenas qualquer cultura, mas ele, já na época, disse que nós temos que saber porquê vamos assumir como Comunidade esta escola”.⁵⁰ Somente membros da CEJ participavam do Departamento Educacional, conforme previsto no Regimento desse departamento.⁵¹

De acordo com Raul Schmidt, a grande mudança acontecida com a compra do Colégio deu-se em decorrência do fato de que “o comando foi entregue a um pastor, diretor geral, Pastor Michel”.⁵² Segundo Burger, o fato de um pastor dirigir o Colégio deveria acarretar em mudanças radicais na administração do mesmo: dona Ana vinha de uma tradição católica e tinha um entendimento hierárquico e centralizador de poder. Esperava-se que a confessionalidade luterana fosse manifestada a partir de uma nova visão de autoridade e da democratização do poder. Burger conta sobre o desejo de transformar-se o poder centralizador de dona Ana em um trabalho em equipe, em grupo, como já se exercitava no Conselho Eclesiástico da CEJ. O Departamento Educacional fez tentativas de trabalho neste sentido, mas o p. Michel não conseguiu adaptar-se a esse estilo. Era centralizador e, de acordo com Burger, contava com a *colaboração* dos membros do Departamento, mas tinha que ser o “chefão”. Vale dizer que, ainda hoje, muitas pessoas referem-se a Michel por seu apelido na época, que era

⁴⁹ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.4 e 5.

⁵⁰ Entrevista BURGER, 2006, p.1.

⁵¹ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 12.09.63, p. 71-75.

⁵² Cf. Entrevista SCHMIDT, 2006, p.1.

“touro sentado”. Burger ressalta a profundidade da confessionalidade luterana em Michel, que, entretanto, não se expressa no seu entendimento de autoridade.⁵³

Perguntado sobre a questão da autoridade, Raul Schmidt respondeu que o p. Michel “deveria subordinar-se, mas ele que era o responsável pelo Colégio”.⁵⁴ Sabe-se, por comentários de membros da CEJ, que a tensão dentro do Departamento Educacional e deste com o C.E. era grande. As atas do C.E. da CEJ não explicitam o conflito, mas é possível percebê-lo, por exemplo, na carta do sr. Raul - lida por ele na entrevista - ao presidente do Departamento Educacional: “Senhoras e senhores, acompanhando as mais recentes evoluções em torno do problema de pagamento do diretor do Colégio, ... coloco meu cargo à disposição da comunidade”.⁵⁵ Perguntado, por mim, pela razão do afastamento, disse que não queria mais, que havia muita briga.

Em reunião do C.E. da CEJ, em 02.08.67, lê-se:

A seguir foi dirigido um apelo ao conselheiro, sr. Dr. Raul Schmidt no sentido de que volte ao Departamento Educacional, tendo o mesmo informado estar prestando sua colaboração; não podendo, no entanto, voltar à presidência, dado suas atribuições particulares.⁵⁶

O sr. Raul tem hoje 81 anos. Lembra, e manifesta claramente na entrevista, a dor que sentiu por ter que demitir dona Ana e todos os outros professores e professoras do Colégio. Guarda, em seu arquivo pessoal, cópias das cartas de demissão e afirma que um dos maiores problemas, para ele, foi a forma como foram demitidos/as os/as professores/as e funcionários/as.⁵⁷ Lê, com tristeza, a carta entregue à dona Ana:

Cessados os motivos que exigiam a sua indicação para o cargo de diretor do CBJ, fica a indicação para o referido cargo nesta data, do pastor Helberto Michel. Vimos pela presente comunicar que fica vossa senhoria eximida da referida responsabilidade. No entanto, solicitamos continuar contando com sua colaboração.⁵⁸

Palavras do sr. Raul: “Essa carta eu tinha que assinar...a dona Ana Maria Harger!”⁵⁹

⁵³ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.3.

⁵⁴ Entrevista SCHMIDT, 2006, p.1.

⁵⁵ Entrevista SCHMIDT, 2006, p.2.

⁵⁶ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 02.08.67, p.195.

⁵⁷ Cf. Entrevista SCHMIDT, 2006, p.1.

⁵⁸ Entrevista SCHMIDT, 2006, p.2.

⁵⁹ Entrevista SCHMIDT, 2006, p.2.

Ela ainda colaborou com o Bom Jesus por alguns meses, com nova função e outros vencimentos. Todos os demais professores e professoras foram demitidos/as e novos/as contratados/as, buscados/as inclusive em outras cidades.⁶⁰

O pastor/diretor passou a morar no pátio do Colégio. Sua casa foi cercada, o número de alunos/as aumentou e as cerejeiras foram desaparecendo. São construídos novos prédios, professores/as são trocados/as, novos cursos vão sendo criados e a pergunta sobre o uso do pátio foi tornando-se cada vez mais evidente. O salão paroquial foi reformado pelo Colégio. Poderia ser usado conforme suas necessidades? E quando a igreja estava sendo usada, os/as alunos/as poderiam ficar no pátio? A moradia do diretor foi construída por diaconisas, que trabalharam no hospital. A quem pertence a casa? Estas são perguntas ainda atuais. Pessoas que viveram o processo de aquisição do CBJ e são membros da Paróquia da Paz (antiga Igreja da Princesa Isabel e uma das paróquias da CEJ), questionam fortemente a forma como o pátio foi “tomado”. Ele é usado hoje também como estacionamento de alunos/as, professores/as e membros da Paróquia e já foi alvo de muita discussão entre Paróquia e Colégio. Houve inclusive uma manifestação de estudantes universitários/as, em 2002, impedindo a saída dos carros de membros da paróquia após um culto de final de tarde. Remodelar o pátio foi e continua sendo questão a ser discutida por arquitetos criativos, gestoras de relações e historiadores perspicazes.

1.4 Estratégias de aproximação com a IECLB – o pátio é ampliado

Na época da compra do Colégio Bom Jesus, a IECLB ainda não existia como tal. Havia a Federação Sinodal, fundada em 1949, que, inicialmente, unia 4 sínodos. Joinville pertencia ao Sínodo Evangélico Luterano Unido, fundado em 1962, a partir da junção do Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil com a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina.⁶¹

É importante observar que a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, quando da fundação da colônia dona Francisca, assumiu a responsabilidade de enviar pastores

⁶⁰ Cf. Entrevista SCHMIDT, 2006, p.2.

⁶¹ Cf. STRECK, 2005, p.110.

para a nova colônia. Esses pastores eram escolhidos no meio protestante europeu, podendo ser luteranos, unidos ou reformados. Os imigrantes evangélicos vindos para a colônia também tinham diferentes confessionalidades religiosas. Assim, a “igreja da Princesa Isabel” conheceu diferentes tradições e posições teológicas. Esse fato não causava maior estranheza aos membros, uma vez que a língua usada - o alemão - e alguns hinos cantados eram comuns a todos/as. Isso pode indicar que, para esses/as imigrantes, o reconhecimento e a preservação da cultura e da tradição alemãs eram mais importantes que a identidade confessional. Nesse sentido, a aquisição do CBJ pela CEJ poderia ser explicada mais pela necessidade de resgatar e preservar a identidade cultural alemã do que por entender a educação como missão da Igreja. De acordo com as palavras de J. Fischer, “tradições têm vida longa na memória das pessoas. Muitas vezes continuam mesmo quando a situação já não é mais a mesma de sua origem”.⁶² Isso pode significar, simbolicamente, que, em 1963, não houve somente a compra do Bom Jesus, mas principalmente a retomada da Deutsche Schule - uma escola alemã, sem vínculo confessional, voltada para a elite, dirigida por uma associação, com alto grau de exigência intelectual, que possibilitava o acesso às universidades da Alemanha.

A relação do CBJ com o Sínodo aparece raramente nas atas da CEJ. Pode-se ler no relatório de Raul Schmidt (citado num livro, mas não disponível no acervo da CEJ ou do Bom Jesus) sobre as atividades do Departamento Educacional em 1963/1964, no item c, o seguinte:

inúmeras cartas foram escritas na preocupação séria de dotar o colégio de um novo diretor e aumentar o quadro do corpo docente com professores capazes e foram feitas despesas com viagens e contatos com prováveis candidatos. Solicitou-se, além do mais, uma intervenção mais intensa do próprio Sínodo.⁶³

Portanto, pediu-se o auxílio do Sínodo para encontrar um novo diretor e o Praeses Stoer, presidente do Sínodo, homologou a contratação do p. Michel.⁶⁴

De acordo com o relato do p. Burger, assim que o Colégio foi adquirido, questionou-se o nome “Bom Jesus”. Esta expressão apresenta uma conotação fortemente católica e, por isso, pensou-se em mudar o nome do Colégio. As opções

⁶² FISCHER, Joachim H. Identidade confessional. Lições da história. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 43, n.1, p.29-42, 2003. p. 30.

⁶³ TERNES, 1986, p.133.

⁶⁴ Cf. COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, 29.10.64, p.110.

que se colocaram, a partir da confessionalidade luterana, só contemplavam nomes de personalidades da Alemanha. Na ocasião, um rótulo germânico queria ser evitado, uma vez que poderia levantar antigas questões políticas, e restringiria o público alvo do Colégio. A intimidação provocada durante a guerra, e que permaneceu por muitos anos, bem como as questões que envolviam o fechamento da Deutsche Schule não deveriam vir à tona naquele momento. Entendendo que “Bom Jesus” é uma expressão cristã e, portanto, não particularmente católica, decidiu-se continuar com o nome.⁶⁵

É importante notar que, mais uma vez, não entrou em questão, na discussão do nome, a teologia luterana, mas sim personalidades da Alemanha. É a preocupação cultural acima da confessional, o que pode ser entendida a partir da história dessa colônia/comunidade.

É de conhecimento público que, conforme o CBJ vai aumentando e construindo novos prédios, a Comunidade da Princesa Isabel, que em 1978 recebe o nome de Igreja da Paz, indicando a clara intenção de terminar com as brigas no pátio, vai sentindo-se sufocada. Houve muitas reuniões e discussões entre a diretoria da Comunidade da Paz e o Colégio sobre o uso do pátio e das salas, chegando-se ao extremo de a Comunidade embargar uma das construções do Colégio. As tensões, entretanto, sempre foram de ordem administrativa e de espaço, nunca teológicas.

De acordo com Burger, após a fundação da IECLB, em 1968, o p. Michel esforçou-se para integrar o Colégio nessa nova estrutura e visão de igreja, mas não obteve sucesso. Isso porque, segundo Burger, não houve, da parte da direção da IECLB, interesse pela questão educacional, percebendo-se também forte rejeição ao nome do Colégio.⁶⁶ É de se salientar que a IECLB, naquele momento, estava definindo-se com uma nova estrutura eclesial, que não contemplava a aquisição e administração de escolas pela Secretaria Geral.

Em reunião da CEJ, aparece o interesse em iniciar-se, no Bom Jesus, um curso Pré-teológico; mas, o que se fez foi uma Escola Bíblica Luterana. O p. Michel possibilitava o uso das dependências do Colégio para formação de lideranças para as comunidades e abria espaço para a evangelização dentro do Colégio. A Escola Bíblica

⁶⁵ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.3.

⁶⁶ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.3.

foi vista pela Faculdade de Teologia de São Leopoldo como concorrência, conforme Burger. Após alguns anos, a Escola foi transferida para Londrina, por falta de internato em Joinville.⁶⁷

Apesar da confessionalidade luterana do p. Michel, de sua iniciativa em querer integrar o CBJ na nova visão de igreja que se implantava na década de 1960 e do desejo de fazer do colégio uma escola “particular comunitária”, o “pátio” não se ampliou. Pelo contrário, a relação entre CBJ e CEJ tornou-se superficial e formal, havendo pouca ingerência da segunda sobre o primeiro, já que o centralismo administrativo se estabelecia e a gestão do colégio era exercida de forma autônoma. O p. Michel participava esporadicamente das reuniões do C.E. da CEJ. Fazia-o quando era encarregado de dirigir a meditação ou quando precisava comunicar algum novo projeto de construção ou abertura de novo curso. Com a Paróquia da Paz, seu relacionamento era tenso devido à “tomada do pátio”; com o Sínodo, sua relação era esporádica; e com a direção da IECLB, de acordo com relatos, não encontrou um canal de comunicação. Assim, a CEJ compra o IBJ, os pátios são unidos em torno de uma cultura e de uma tradição, mas não em torno de uma confessionalidade ou de uma visão de Igreja. O Colégio tomou o pátio e retomou o espírito da antiga escola alemã, mantendo o nome “Bom Jesus”. Cresceu muito, inovou e tornou-se cada vez mais autônomo. A mantenedora, a CEJ, não conseguiu conferir-lhe identidade, uma vez que esta já estava formada há quase um século, e a própria identidade da CEJ não era e não é clara. As tendências teológicas, nas diversas paróquias da CEJ, vão desde o carismatismo até um engajamento sócio-político mais definido.

O p. Michel foi diretor do CBJ até 1984, ano em que o p.Tito Lívio Lermen assumiu a direção, com o respaldo de um novo Conselho Curador, que assumiu o Colégio juntamente com ele. Vindo do Rio Grande do Sul, com experiência em duas outras escolas evangélicas, o p.Tito mostrou-se inicialmente disposto a diminuir a tensão existente no pátio e a procurar uma aproximação maior com a mantenedora, bem como com a Paróquia da Paz e a IECLB. Contudo, essa relação é até hoje permeada de conflitos e desconfianças mútuas.

⁶⁷ Cf. Entrevista BURGER, 2006, p.6.

No segundo capítulo desta dissertação, apresento, como uma possível tentativa de aproximação entre o CBJ e a IECLB, a criação do pastorado escolar. Para contar essa história, além de situar esse modelo de pastorado no contexto das escolas vinculadas à IECLB, entrevistei o diretor geral do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC (antigo CBJ), e os dois pastores que assumiram os pastorados escolar e universitário.

2 PASTORADO ESCOLAR NO BOM JESUS – UM JARDIM DESLOCADO NA AMPLITUDE DO PÁTIO

O Colégio Bom Jesus não foi pioneiro no pastorado escolar. Seu início aconteceu, na Instituição, a partir do intercâmbio com os pastores da Paróquia da Paz. A construção desse pastorado contou com impulsos vindos do Departamento de Educação da IECLB, com experiências de outras escolas filiadas ao Departamento e com a visão de pastorado escolar do diretor do CBJ, bem como dos pastores que assumiram esse espaço/lugar. É importante notar que o pastorado escolar, como tal, tem uma história recente nas escolas ligadas à IECLB. É resultado de algumas experiências isoladas de pastores e de negociações entre o Departamento de Educação e a direção da Igreja. Conforme a política educacional da IECLB foi tomando corpo, as escolas foram se organizando em rede e o Departamento de Educação (D.E.) passou a ter sua representatividade reconhecida. Assim, havendo uma aproximação gradativa entre o Departamento de Educação e a IECLB, algumas ações foram propostas e assumidas em conjunto, iniciando-se, nesse contexto, as tratativas para a oficialização do pastorado escolar, o que aconteceu, na IECLB, em 1984.

2.1 As escolas no pátio da IECLB – definindo lugares

A história da Igreja Luterana no Brasil, que se inicia com a vinda dos primeiros imigrantes, em 1824, é marcada pela forte relação com a educação. Esta não é uma característica exclusiva do luteranismo no Brasil, mas é uma herança da Reforma

Luterana. ...”o pensamento luterano, desencadeado na Reforma do século XVI, transcende o âmbito eclesial. (...) Dito de outra forma: a educação é intrínseca à cultura e à teologia luterana.”⁶⁸ Para os imigrantes alemães, no Brasil, igreja e escola existiam lado a lado: pastor era, muitas vezes, professor; professor era também pastor; o analfabetismo entre os luteranos era enfrentado com investimentos na construção de escolas e contratação de professores. “Com a chegada dos primeiros pastores, passou-se a ligar igreja e escola, funcionando os prédios, em geral, para as duas finalidades.”⁶⁹

Conhecendo essa tradição, era de se esperar que a Igreja Luterana, por meio dos seus Sínodos, tivesse desenvolvido uma política educacional ousada no Brasil. Entretanto, a história nos mostra que as escolas comunitárias resolviam problemas locais, sem uma política educacional mais ampla. A preocupação das comunidades era criar escolas para alfabetizar, ensinar a fazer contas e a cantar. Com o passar do tempo, os Sínodos perceberam a lacuna existente na política educacional e começaram a discuti-la. Em 1952, no Sínodo Riograndense, por exemplo, fundou-se o Centro de Diretores de Escolas Secundárias que, com o Departamento de Ensino, já em funcionamento, dava orientação às escolas filiadas.⁷⁰

Na década de 60, esse mesmo Sínodo criou um órgão para delinear uma política educacional sinodal: o Conselho Sinodal de Educação. Nesse período, começou-se a pensar e a organizar uma política de expansão e de prioridades para as escolas. Porém, com a nova estruturação da Igreja, fundindo os sínodos existentes e formando a IECLB, em 1968, a discussão sobre a política educacional foi mais uma vez postergada.⁷¹

A partir de 1968, a reestruturação da IECLB torna-se fato consumado e as escolas buscam seu espaço nessa nova estrutura. Conforme Gisela Streck, em 1972 o relatório do 8º. Concílio Geral “aponta para a necessidade de buscar uma coordenação

⁶⁸ WACHS, Manfredo C. Pastorado escolar – Perspectivas e desafios de uma nova pastoral educacional **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 41, no. 1, p. 108, 2001a.

⁶⁹ FLECK, Dorival A. Luteranismo e Educação. In: GOLDMEYER, M., WACHS, M. C., MALSCHITZKY, G. (Orgs.). **Luteranismo e Educação**. São Leopoldo:Sinodal, 2006. p. 30

⁷⁰ Cf. FLECK, 2006, p.33.

⁷¹ Cf. FLECK, 2006, p.33.

do trabalho educacional a nível de IECLB.”⁷² Em 1976, o Departamento de Educação (D.E.), restrito em 1972 à Região IV, apresenta uma ação que abrange também a Região III⁷³. Em 1978, esse mesmo departamento já traz dados sobre as escolas evangélicas na IECLB. Conforme Streck, baseada no relatório do D. E., no Concílio de 1978, o D.E. e o Centro de Diretores trabalham conjuntamente para elaborar um documento definindo os objetivos da escola evangélica.⁷⁴

Somente em 1981,

o Departamento de Educação é reestruturado e passa a atuar em três níveis: através da Associação Evangélica de Educação, que congrega as escolas evangélicas a ela filiadas, sendo sua assembléia geral o órgão deliberativo; o Conselho de Educação, composto por 16 membros, que é seu órgão normativo; e a Direção Executiva como órgão que “administra o desenvolvimento do trabalho.”⁷⁵

Segundo o professor Dorival Fleck, ex-diretor do Departamento de Educação da IECLB, a principal função do D.E. é “ajudar as escolas a encontrarem formas de expressar o seu vínculo com a Igreja”. Seguindo esse raciocínio, em 1982, o D.E. levou uma moção ao 13º. Concílio Geral, que foi acolhida, abordando a questão da responsabilidade da Igreja em promover e ativar uma Pastoral da Educação.⁷⁶ No ano de 1984, o D.E. solicitou a aprovação de pastorados escolares ao Conselho Diretor (CD) da IECLB. O CD aprovou e instituiu 4 pastorados. Sucinta e essencialmente, a tarefa que compete ao pastor ou pastora escolar é a seguinte:

a- pastora ou pastor possui sua comunidade na escola, b- assumindo essa tarefa em um ambiente pluriconfessional e multicultural, c- onde exerce a poimênica e de colabora na reflexão teológica-pedagógica da escola, e cabendo-lhe também o estreitamento de vínculos com a comunidade luterana local.⁷⁷

De acordo com Wachs⁷⁸, “o pastor ou a pastora exerce um papel de mediador teológico e político. Um mediador entre duas estruturas jurídica e administrativamente

⁷² STRECK, 2005, p.124.

⁷³ A IECLB era, na época, dividida administrativamente em 4 Regiões Eclesiásticas, sendo que cada uma tinha seu Pastor Regional.

⁷⁴ Cf. STRECK, 2005, p. 125.

⁷⁵ STRECK, 2005, p. 126.

⁷⁶ apud STRECK, 2005, p.126.

⁷⁷ CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Parecer n. 1/2000**. Pastorado Escolar. Porto Alegre, nov.2000, p.2.

⁷⁸ O pastor doutor Manfredo Carlos Wachs é professor na Escola Superior de Teologia. Foi, nos moldes atuais, um dos pioneiros no pastorado escolar e o organizador do curso de especialização em Ministério da Pastoral Escolar, oferecido pelo IEPG e concluído em julho de 2000.

autônomas.”⁷⁹ Oficialmente, o vínculo do pastorado escolar deve ser estabelecido com o D.E. da IECLB, o que dispensa trâmites em Paróquia e Sínodo. O D.E. cria e extingue os pastorados, por solicitação das escolas. A admissão e a demissão de uma pastora ou pastor, nessa função, deve ser feita em plena concordância com o D.E. Em situações de conflito, tanto a diretoria executiva do D.E. quanto a autoridade sinodal deverão ser envolvidas no diálogo de conciliação. No caso de não haver cumprimento das obrigações por parte da escola, é o D.E. que assume os compromissos com o pastor ou a pastora, objetivando-se o cumprimento dos dispositivos do Regulamento do Exercício Público do Ministério Eclesiástico e do Regulamento do Ministério Pastoral.⁸⁰

2.2 O Pastorado escolar no pátio do CBJ – construindo um jardim

O Colégio Bom Jesus criou o pastorado escolar em 1993. Até então, o Colégio já participava ativamente nas discussões sobre profissionalidade e sobre a relação escolas-IECLB levantadas pelo Departamento de Educação. Conforme o p.Tito Lívio Lermen, diretor geral do Bom Jesus,

Quando eu vim prá cá, eu vinha de uma realidade sulina, vim do RS, onde nós tínhamos uma caminhada muito grande na rede de escolas, Departamento de Educação, na época, hoje Rede Sinodal de Educação, onde o exercício da busca da identidade da escola luterana era muito intenso. E as escolas associadas ao D.E. vinham fazendo essa discussão já há mais tempo.⁸¹

De acordo com o p.Tito, esse exercício de busca de identidade passou a ser feito também no Bom Jesus, com mais efetividade, a partir de sua vinda. Perguntado sobre o que caracteriza a gestão de uma escola luterana, Tito afirma ser a visão participativa e de compartilhamento de responsabilidades. Ciente de que em toda atividade humana estão presentes avanços e recuos, Tito diz apostar num exercício participativo e democrático onde isso é possível. “Também não podemos esquecer que as minhas ordens administrativas exigem ‘não’, às vezes compreensíveis, às vezes não, mas senão a instituição não anda.”⁸²

⁷⁹ WACHS, 2001a, p. 99.

⁸⁰ Cf. CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB, 1/2000, p.3.

⁸¹ LERMEN, Tito L. **Confissionalidade luterana no CBJ**. Joinville, 28.08.2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf, p.1.

⁸² Entrevista LERMEN, 2006, p.2.

A partir da vinda do p.Tito, a instituição procurou ter um vínculo maior com a IECLB. Na primeira reformulação dos estatutos, incluiu-se a IECLB como órgão participativo direto, o que é preservado até hoje. Segundo o diretor, os princípios éticos da Instituição estão fundados na forte presença da liberdade. Trata-se de uma instituição calcada no respeito à diversidade e que assume a responsabilidade dos compromissos que são ditados pelo Evangelho. Ela persegue a construção de talentos e de vida.⁸³

A questão da confessionalidade foi tema de muitos congressos de professores/as das escolas evangélicas. Segundo Tito, a questão que se colocava era: “Escola Evangélica - Identidade luterana: Sim ou não?” O fato de a própria Igreja levantar muito fortemente esse questionamento na década de 80 repercutiu, de acordo com Tito, decisivamente nas escolas e repercute ainda hoje. A participação do CBJ em Congressos de Professores/as das Escolas Evangélicas, o fato de ter sediado 3 desses Congressos e a participação de professores/as do CBJ em cursos oferecidos pelo D.E., que, desde o ano 2000, chama-se Rede Sinodal de Educação, são sinais concretos da aproximação igreja-escola e da conseqüente preocupação com a preservação da identidade. “Eu me preocupei, enquanto membro desta Igreja, atuando numa instituição de ensino que está se preocupando em manter a identidade luterana, em aproximar essa instituição da Igreja, enquanto gestora.”⁸⁴ Para Tito, o fato de ter havido um Departamento de Educação, e hoje existir uma Rede Sinodal, é um avanço na política educacional da Igreja; mas, de acordo com ele, ainda falta espaço para a Rede no organograma da IECLB. “Ela ainda funciona como um órgão de pessoas, diretores de escolas, que se dispõem voluntariamente a contribuir com sua Igreja, de manter teimosamente a Rede de Escolas Evangélicas ligada à Igreja.”⁸⁵

Perguntado se a criação dos pastorados escolares está dentro desse exercício de aproximação com a Igreja e fortalecimento da identidade luterana, Tito responde afirmativamente, alertando, porém, que os mesmos estão passando por uma reformulação de ordem jurídica. Por isso, segundo Tito, o Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, anteriormente denominado CBJ, está sem

⁸³ Cf. Entrevista LERMEN, 2006, p.2 e 3.

⁸⁴ Entrevista LERMEN, 2006, p.4 e 5.

⁸⁵ Entrevista LERMEN, 2006, p.4.

pastorado escolar/universitário no momento, esperando que a IECLB se posicione a respeito da reformulação jurídica até o final do ano.

Para ilustrar o tema, Tito conta que, em 1974, foi convidado para o pastorado escolar em Curitiba, no Colégio Martinus, mas a vaga não foi aberta. O Pastor Regional, da Região II, argumentou, na época, que a escola não pertencia à Igreja e que ali não havia trabalho para pastor. É bom lembrar que, naquela ocasião, o número de pastores/as era insuficiente para atender as paróquias, o que pode, em parte, justificar a posição do Pastor Regional.⁸⁶

Já na década de 70, havia uma atuação de pastores da Comunidade Evangélica de Curitiba no Colégio Martinus. Os pastores, especialmente os que atuavam na paróquia do centro, davam aulas de Ensino Religioso no 2º. grau, ministravam cultos em datas especiais e realizavam meditações. Essa atuação não era considerada um pastorado escolar, mas como uma atividade a mais a ser desempenhada pelos pastores da paróquia do centro. Por outro lado, pretendia-se conscientemente manter estreito o vínculo entre paróquia e escola.⁸⁷

O início do pastorado escolar, nas escolas vinculadas ao D.E. da IECLB, é resultado de uma preocupação muito grande em reaproximar Igreja e escola confessional. Com isso, espera-se do pastor ou da pastora, que assume esse pastorado, o papel de mediador/a teológico/a, resgatando a identidade confessional, e a função de mediador/a político/a, reaproximando a Igreja e a Escola Evangélica.⁸⁸

Como não existe um perfil padronizado para esse trabalho, cada escola elabora as características fundamentais do pastorado. Percebe-se, com isso, que cada pessoa que atua neste trabalho, procura acentuar o que sabe e o que gosta de fazer. Assim, o perfil do trabalho fica determinado mais pelas qualidades pessoais do pastor ou da pastora do que pelo projeto pedagógico da escola. Também ocorre que, muitas vezes, o/a pastor/a é contratado a partir do “imaginário e desejos pessoais da direção da escola.”⁸⁹

No caso do Instituto Bom Jesus/IELUSC, as tensões com a CEJ e com a Paróquia da Paz exigiam do pastor escolar o papel de mediador político, uma vez que o pátio, enquanto bem de uso e bem simbólico, colocava as relações constantemente em confronto. A função de mediador teológico fazia-se urgente já que a confessionalidade

⁸⁶ Cf. Entrevista LERMEN, 2006, p.5.

⁸⁷ WACHS, 2001a, p. 98.

⁸⁸ Cf. WACHS, 2001a, p.99.

⁸⁹ WACHS, 2001a, p. 96 e 97.

luterana da escola nunca foi muito clara. Em 2004, a diretora adjunta do Instituto escreve em sua tese de doutorado, referindo-se ao contexto luterano: ...”convivi com muitas situações, com uma ‘confessionalidade de fachada’, que interessadamente utilizava-se dos rituais e celebrações religiosas para colocar-se no mercado como instituição séria e comprometida.”⁹⁰ Além dessas duas funções apontadas por Wachs, havia a expectativa do diretor do Instituto de poder contar com o pastor escolar também como membro participante na discussão de todo o projeto educacional.

Uma cultura participativa em uma escola requer não apenas uma gestão democrática, mas também uma pedagogia participativa. Assim sendo, é fundamental a existência de uma liderança que apóie os processos participativos, e dê oportunidades para participar. A direção deve ser a primeira interessada em melhorar a participação na escola. Não é suficiente educar para a participação, mas sim na participação.⁹¹

O livro escrito pelo p. Tito, que é sua tese de doutorado e baseia-se na sua gestão do Instituto Bom Jesus/IELUSC, apresenta uma visão de gestão escolar democrática, participativa e solidária. Defende a descentralização do poder, tendo em vista a formação de lideranças. De acordo com ele, exercita-se o “poder-serviço” na construção do “poder-conjunto”, o que não exime a instituição da possibilidade de conflitos. Porém, esses devem ser administrados, na medida do possível, de acordo com estratégias definidas e com a participação dos/as envolvidos/as.⁹²

Já que o conflito faz parte da dinâmica do relacionamento humano, ele não carece de solução e sim de gestão. É nesta perspectiva que em uma escola luterana se adota o método dialógico essencial na construção da cidadania.⁹³

Por defender uma gestão democrática e participativa, o p. Tito enfatiza muito a posição do líder, na coordenação desse processo. Seu livro descreve o líder ideal e é, de certa forma, auto-biográfico. Quando fala em liderança, fala de sua experiência enquanto ser humano e diretor. Não me parece que conte com a possibilidade de existirem outros/as líderes tão fortes quanto ele na Instituição. Segundo o estudo de Howard Gardner, sintetizado por Tito, um líder apresenta disposição para enfrentar pessoa de autoridade, assume riscos, não desiste com facilidade, busca o poder para

⁹⁰ HARDT, Lúcia S. **Os fios que tecem a docência**. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação-UFRGS, Porto Alegre, p. 93.

⁹¹ LERMEN, Tito L. **Liderança na gestão por projetos**. 2. ed. Joinville:UNIVILLE, 2003. p.70.

⁹² Cf. LERMEN, 2003a, p.86.

⁹³ LERMEN, Tito L. A gestão de conflitos na família e na escola. **Informativo Bom Jesus/IELUSC**. Boletim sobre capacitação continuada de pais e professores. Joinville, n. 3, p.1, nov. 2006.

atingir determinados objetivos; um líder desenvolve amplas relações pessoais, precisa disposição para desenvolver capacidades para atuar no contexto público, e, se fracassa, volta à luta rapidamente, com vigor renovado. Tem olhar penetrante, espaço para ser ouvido e deve estar atento ao contexto global.⁹⁴

Lúcia Hardt, diretora adjunta do Instituto Bom Jesus/IELUSC até 2005, faz, a partir de seu estudo e de sua experiência, o seguinte diagnóstico sobre as lideranças das escolas luteranas

De certa forma parece que as lideranças das escolas luteranas, em parte, acabaram sendo capturadas por uma determinada noção de governo que pressupõe:

- a) tecnologias do eu (relações que o indivíduo deve ter consigo mesmo).
- b) Relações interpessoais que envolvem alguma forma de controle e regulação, podendo aí incluir-se a necessidade constante de exclusões e inclusões de sujeitos conforme o que fica estabelecido como foco de direcionamento.
- c) Relações no interior das instituições e comunidades, que implicam moldar, guiar, afetar a conduta das pessoas ou grupo de pessoas.
- d) Relações referentes ao exercício da soberania política, que implica vontade de permanecer na condição de autoridade.⁹⁵

Constata-se, segundo a visão da pesquisadora, que se baseia em Foucault, que há, entre as lideranças de escolas evangélicas, uma distância bastante acentuada entre o dizível e o visível. O discurso apresentado busca aproximar o dizível do visível para produzir efeitos e manter o poder, apontando sempre para a possibilidade de tornar visível o discurso, justificando-o.⁹⁶ Assim, percebe-se que o líder audaz, criativo, corajoso, democrático e comunicativo do discurso está visivelmente aprisionado em sua condição de autoridade, temendo a perda do poder e, com ela, sofrendo a ameaça de sua sobrevivência profissional.

Este capítulo aponta para a criação do pastorado escolar e, posteriormente, universitário, no Instituto Bom Jesus/IELUSC, como uma necessidade decorrente das relações estabelecidas entre as escolas da Rede Sinodal de Educação e a IECLB. O diretor do Instituto, convencido do benefício de um espaço pastoral na Instituição, promoveu as condições necessárias para sua instalação. Dono de um discurso democrático e dialogal, apresentou o pastor como mais um participante da equipe diretiva. Parece-me que o diretor não contava com o forte espírito de liderança

⁹⁴ Cf. LERMEN, 2003a, p.49-50.

⁹⁵ HARDT, 2004, p. 48-49.

⁹⁶ Cf. HARDT, 2004, p. 37.

apresentado pelos dois ocupantes do espaço. Este determinou enfrentamentos, conflitos e situações, como veremos a seguir, de difícil gestão. “Os seres humanos amam, odeiam, lutam, procuram dominar, fazem oposição, não porque sejam bons ou ruins, mas porque estão mergulhados em micro-relações de poder o tempo todo.”⁹⁷

2.3 1993 a 2001: o primeiro jardim – semeando Amor-perfeito e colhendo Comigo-ninguém-pode

O pastorado escolar no CBJ iniciou em 1993, sendo a vaga ocupada pelo Pastor Alexandre A. Monich. O p. Alexandre exercia o pastorado na Paróquia da Paz e dava aulas de Ensino Religioso para sétimas e oitavas séries no CBJ. As aulas eram dadas às segundas-feiras, seu dia de folga na Paróquia. Como a Paróquia divide o espaço geográfico com o Colégio, os dois pastores que nela atuavam eram constantemente convidados para dirigir meditações no Colégio, nas formaturas ou para fazer palestras. A partir dessa necessidade e interação, passou-se a vislumbrar a possibilidade da criação de um pastorado escolar. Enquanto se conversava sobre essa possibilidade, outra paróquia de Joinville, a Cristo Redentor, ficou sem pastor, abrindo vaga. O p. Alexandre candidatou-se para a mesma, o que tornou evidente seu desejo de sair da Paróquia da Paz. Nesse contexto, o p. Tito convidou o p. Alexandre para assumir o pastorado escolar no CBJ. Após conversar com o presidente da Paróquia Cristo Redentor, com o p. Tito e com o P. Regional, Meinrad Piske, o p. Alexandre mostrou-se inclinado a aceitar esse novo desafio, contando com o apoio também da Região Eclesiástica II (R.E.II), visando algo duradouro e consistente. “Eu não queria começar um trabalho que, em pouco tempo, se extinguisse.”⁹⁸

O Pastor Regional era de opinião que esse pastorado deveria ter seu vínculo com a Paróquia da Paz, o que faria do pastor escolar um pastor da CEJ, da mantenedora do Colégio. Já o p. Alexandre e o p. Tito eram de opinião que o vínculo deveria ser com o Departamento de Educação da IECLB, o que acabou acontecendo. Definido o vínculo, houve um convite oficial ao p. Alexandre, enviado à R.E.II, à IECLB

⁹⁷ HARDT, 2004, p.93.

⁹⁸ MONICH, Alexandre A. **O primeiro pastorado escolar no CBJ**. Joinville, 31 de agosto de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf, p. 1.

e ao D.E.. A partir disso, foi feito um contrato entre o D.E., o CBJ e o p. Alexandre. Esse contrato ficou com o D.E., o que caracterizou, para o p. Alexandre, que seu contrato não era com o CBJ nem com a R.E.II, mas com o D.E.. Esse Departamento solicitou então que o p. Alexandre visitasse escolas onde já existiam experiências de pastorado escolar para que ele se inteirasse das possibilidades oferecidas e exigidas na nova função. Alexandre atendeu à solicitação e visitou algumas escolas no RS.⁹⁹

Como os pastorados escolares não têm história longa e carecem de literatura a respeito, o norte do trabalho era definido muito mais pelo diretor do Departamento do que pelo Departamento em si. De acordo com Alexandre, “o Departamento não tinha uma proposta muito clara, a IECLB não tinha uma proposta muito clara, não havia documentos sobre isso; havia alguns escritos do Manfredo Wachs sobre isso, mas muito vagos, sem que se soubesse efetivamente qual caminho a se tomar.” Assim, cada pastor ia construindo localmente seu trabalho. Havia apenas algumas balizas vindas do D.E., que se resumiam no seguinte: cuidar para não se transformar em professor e procurar não se colocar distante, apenas atendendo conflitos religiosos.¹⁰⁰

O p. Alexandre sentia-se fortemente apoiado pelo D.E., ouvindo constantemente palavras de elogio e incentivo do diretor do Departamento, professor Dorival Fleck. No CBJ, Alexandre via a construção do pastorado escolar embasada num tripé: o p.Tito, diretor da Instituição, que norteava o trabalho, mas não determinava como o pastorado deveria ser; ele, que foi dando identidade ao pastorado; e o professor Dorival Fleck, que colocava algumas balizas. “Prá mim, estava claro que o pastorado era escolar, portanto, era a escola, esse contato escolar que deveria dar a determinação prá pastoral e não a pastoral dar a determinação prá escola”.¹⁰¹

A partir dessa compreensão, Alexandre foi dando identidade ao seu pastorado, que atingia crianças desde o berçário até o Ensino Médio. Passou a estudar melhor os processos pedagógicos e, em conseqüência, deu uma “cara pedagógica” ao seu trabalho, partindo de suas habilidades e convicções.

A teologia e a pedagogia, enquanto ciências de muitas nuances, permitem uma variedade de possibilidades, assim como as agulhas e as linhas estampam as toalhas. (...) Assim como permitem agulhas e linhas, costurei um conceito de

⁹⁹ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.1.

¹⁰⁰ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.2.

¹⁰¹ Entrevista MONICH, 2006, p.2 e 3.

pastoral escolar, amarrado à minha história e aos textos com os quais fui me deparando.¹⁰²

Buscando aprimorar seu trabalho e discutir suas idéias com relação ao mesmo, Alexandre fez um curso de pós-graduação em pastorado escolar, oferecido pela Escola Superior de Teologia (EST).¹⁰³ Esse curso foi também uma tentativa de resposta à necessidade da IECLB de definir a identidade dessa atividade.

Segundo Alexandre, as dificuldades com relação ao pastorado escolar no CBJ começaram a se expressar nas crises com a psicologia escolar. Alexandre defende a tese de que tanto o pastorado quanto a psicologia devem ser de atendimento ao corpo docente e não ao/à estudante. As ações deveriam ser pedagógicas e não psico ou teológicas. A opinião da psicóloga era exatamente o contrário. Assim, começaram os conflitos, que geraram certas animosidades em alguns momentos.¹⁰⁴ É importante dizer que a psicóloga escolar atua no CBJ há mais de 30 anos. Ainda no tempo do p. Michel, ela trabalhava na secretaria e, formando-se em psicologia, começou a atuar na psicologia escolar do Colégio.

Alexandre relata que se chegou a um ponto em que a convivência entre pastor e psicóloga, na mesma sala, tornou-se inviável. Então, separaram-se os espaços geográficos, o que significou uma separação de forças. Constatou-se que a psicóloga começou a atuar mais no corpo diretivo e o pastor mais no corpo docente. Outros conflitos começaram a surgir nas relações de poder e de interferência, chegando ao extremo de o pastor escolar não ter mais acesso à Unidade I, da Educação Infantil. Evidenciou-se aí uma relação de cumplicidade entre uma das responsáveis pela Unidade I e a psicóloga. O impedimento de acesso à Unidade de Educação Infantil não era exclusividade do pastor. Segundo ele, outras coordenações também não eram desejadas naquele espaço. Essa situação, que se mostrava como absurda para um ambiente de Escola Evangélica, levou a maiores animosidades, boicotes velados e deu

¹⁰² MONICH, Alexandre A. Costurando uma pastoral escolar com a ética da diferença. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001. p.104.

¹⁰³ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.5.

¹⁰⁴ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.3.

fim ao trabalho. “O fim do processo registra a crise que, me parece, estava colocada.”¹⁰⁵ Foucault alerta para essa condição de impotência frente a um determinado tipo de poder, presente também hoje em ambientes diversos: “Ora, essa disfunção do poder provém de um excesso central: o que se poderia chamar o ‘superpoder’ monárquico que identifica o direito de punir com o poder pessoal do soberano.”¹⁰⁶ O “poder-serviço”, defendido pelo diretor da Instituição, parece não ter lugar nem espaço diante dessa disfunção.

A carta de demissão do p. Alexandre anuncia a extinção do Pastorado Escolar do CBJ, e a conseqüente absorção do mesmo pelo Pastorado da Comunidade Estudantil,¹⁰⁷ que já estava em funcionamento desde novembro de 2000, sem vínculo com o Departamento de Educação da IECLB.

Notificado de sua demissão pela diretora adjunta, o p. Alexandre recorreu ao D.E.. Este, através de seu secretário executivo, aparentemente não assumiu qualquer responsabilidade, mas defendeu a autonomia do Colégio. Alexandre argumentava que o CBJ não tinha essa autonomia, e, uma vez que o contrato fora assinado por 3 partes, as 3 deveriam ter participado do processo que levou à demissão. Além disso, todos os momentos avaliativos pelos quais passou, nesse período de pastorado escolar, sempre foram elogiosos e colocavam seu trabalho em alto grau. Alexandre nunca recebeu qualquer reprimenda, advertência, ou qualquer sinal por parte do D.E., ou da direção do CBJ, ou ainda da Secretaria Geral da IECLB de que algo tivesse que ser revisto. Sendo assim, não podia entender, nem tampouco aceitar as determinações estabelecidas. Não houve clareza alguma sobre os motivos para a extinção do pastorado, nem foram colocados os critérios pedagógicos, teológicos, administrativos ou de incompatibilidade com quem quer que fosse. Todos esses questionamentos foram levantados pelo pastor, e, no seu entendimento, “o departamento encolheu-se!” Alexandre conversou pessoalmente com o secretário executivo do D.E., hoje Rede Sinodal, quando de sua vinda a Joinville para participar de uma reunião da Rede. O encontro aconteceu em um Shopping Center da cidade, e, nessa conversa, Alexandre afirma ter ouvido o seguinte

¹⁰⁵ Entrevista MONICH, 2006, p. 3.

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete, 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 68.

¹⁰⁷ BOM JESUS/IELUSC. [**Carta de demissão**]. Joinville, 14 set. 2001. OF/CBJ/074/01.

oráculo: “esta é uma situação de não solução, de não voltar atrás.”¹⁰⁸ É importante lembrar que o Conselho de Educação afirma que em situação de conflito, tanto a diretoria executiva do D.E. quanto a autoridade sinodal deverão ser envolvidas no diálogo de conciliação.¹⁰⁹

Sabedor da posição do secretário executivo da Rede Sinodal, Alexandre levou a questão ao departamento de pessoal da IECLB. A resposta do secretário responsável por esse departamento foi que, tecnicamente, a demissão estava correta, uma vez que Alexandre havia sido contratado em regime de CLT e não como prevê a IECLB (pastor autônomo). Alexandre argumentou que quem assim o registrou foi a escola e que, se assim o fez, foi dentro dos critérios estabelecidos pela IECLB. Segundo Alexandre, usar esse tipo de argumento para justificar a demissão é brincar de seriedade.

O que se mostrou nesse processo? Que, na verdade, a IECLB nunca soube como lidar com isso. Como lidar com esse pastorado? Na verdade, ela dava o ar da sua graça quando as coisas estavam bem; enquanto há o pastorado, tem gente trabalhando, tem mais uma vaga prá pastor,... tá tudo bem! Mas, nunca soube administrar, nunca soube o que fazer com isso. Tanto que quando houve a crise, não sabia o que fazer. Não sabia de que lado se posicionar e quais documentos consultar prá poder lidar com isso.¹¹⁰

Seis meses, aproximadamente, durou a discussão com relação à demissão, entre o p. Alexandre e os Secretários de Pessoal e de Formação da IECLB. Por fim, conforme palavras de Alexandre, um secretário da IECLB teria aconselhado-o a encerrar o caso para não sofrer maiores prejuízos.¹¹¹ Foucault nos lembra que “o suplício não restabelecia a justiça; reativava o poder.”¹¹² São palavras atuais e apropriadas para o caso em questão. O tempo de sofrimento, questionamento e enfrentamento do p. Alexandre e sua família com relação ao posicionamento da estrutura eclesial, sempre, aparentemente, a favor da instituição escolar, de nada adiantou para o restabelecimento da justiça. Pelo contrário, o poder institucional, detentor de um discurso dialogal, democrático e participativo, saiu fortalecido.

Para Alexandre, isso tudo deixou claro que as forças que estavam em jogo eram maiores que se poderia supor. O pastor deveria conviver com isso. Até hoje,

¹⁰⁸ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.4.

¹⁰⁹ CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB, 1/2000, p.2.

¹¹⁰ Entrevista MONICH, 2006, p.4.

¹¹¹ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.4.

¹¹² FOUCAULT, 1998, p.43.

Alexandre não sabe se o caso está encerrado, ou não, e também não sabe qual é sua situação legal com relação à IECLB. Pediu licenciamento, mas não sabe se essa licença ainda é válida. Quando deu a questão por encerrada, esperou que a Secretaria Geral se pronunciasse, pelo menos com um parecer, mas isso não foi feito. O D.E. também não se pronunciou.¹¹³

Alexandre atribui a extinção do pastorado a rivalidades e situações internas que, naquele momento, tiveram mais força devido à situação do p.Tito que, em final de maio de 2001, sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral).¹¹⁴

Durante todo o processo, o que se mostrou mais evidente para o p. Alexandre foi a fragilidade da IECLB, bem como a falta de clareza de gerenciamento de suas instituições. Conforme Alexandre, tudo se mostrou muito vulnerável. Percebeu-se “que as pessoas na chefia, no momento de tomarem decisão, recuaram. Eu não vi ninguém se posicionar. Nem a favor nem contra, nem me dizendo que isso força situações que talvez fossem doloridas demais prá ouvir. Então, prá mim, faltou justamente isso: uma clareza profissional.” Neste contexto, ele lamenta a posição da Igreja, enquanto Secretaria Geral, que também não se mostrou interessada em ouvir a sua versão dos fatos ou em discutir com ele a sua história. Aparentemente, ela se omitiu.¹¹⁵

A pastoral escolar não é adendo pedagógico, nem complemento escolar. O diálogo que se propõe é diverso daquele entre navegadores e nativos. Numa repetição histórica, a navegação que permite o encontro permitiu a dominação, a negação. Não basta o encontro. Faz-se necessária uma ética. A pastoral escolar encontra na escola um lugar da diferença. A pedagogia e a teologia articulam o saber de forma diferente. A escola e a igreja são instituições diferentes em seus fins e noutros tantos aspectos. O diálogo deve preservar essa diferença, ou repetimos o erro histórico.¹¹⁶

Alexandre sentiu-se usado, principalmente pelo D.E., que vendeu, de acordo com a sua ótica, uma proximidade entre escolas e Igreja que não existe. O D.E. incentivou a criação do pastorado escolar, exigiu que os/as pastores/as estivessem vinculados/as a ele, mas, na hora de posicionar-se, assumiu o lado corporativo, defendendo a instituição/escola e não o serviço prestado pelo Departamento. As relações entre o D.E. e o CBJ, aparentemente, não sofreram prejuízo; quem foi prejudicado foi o servidor do Departamento, no caso, o pastor escolar. Todas as ações

¹¹³ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.5.

¹¹⁴ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.5.

¹¹⁵ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p.6.

¹¹⁶ MONICH, 2001, p.107-108.

realizadas e as decisões tomadas foram no sentido de salvaguardar a decisão do diretor do Colégio, preservando seu poder.¹¹⁷ Mais uma vez, recorremos a Foucault, que tem o seguinte veredito: “Diante da justiça do soberano, todas as vozes devem calar-se.”¹¹⁸

É interessante notar que o p. Alexandre não foi demitido sozinho, mas com sua equipe de trabalho, composta por professoras de confissão luterana, que ocupavam cargos de coordenação. Segundo Alexandre, o grupo decidiu não fazer qualquer mobilização ou pressão. Esperava que a direção da escola, bem como seu Conselho Curador, voltassem atrás por si só, percebendo não haver qualquer justificativa para as demissões. Não provocando mobilizações, queriam demonstrar que, em nenhum momento, estavam trabalhando contra a Instituição ou sua mantenedora. Alexandre conta que o processo foi acompanhado de perto pelo p. Sinodal e por seu sucessor. Este foi a Porto Alegre, levou a documentação sobre o caso, conversou com secretários na Secretaria Geral da IECLB, mas não trouxe qualquer resposta. Ele se mostrou solidário e parceiro por algum tempo, mas, na visão de Alexandre, parece também ter sido engolido pelo poder.¹¹⁹

A experiência de perguntar ao outro, seja aquele que governa, administra, ensina e/ou aprende, o sentido de determinadas ações, as razões das tomadas de decisão são um elemento estético constitutivo da experiência de ser cidadão. Ficar alheio à verdade é tão perigoso quanto desejar prescrevê-la compulsivamente. E é nesse jogo de buscar o ‘dizer verdadeiro’ que pode estar um novo tempero para a educação.¹²⁰

Infelizmente, existem situações e/ou instituições onde a busca pelo “dizer verdadeiro” e a experiência de questionar aquele/a que governa representam uma ameaça e geram instabilidade. Lúcia Hardt afirma que o Bom Jesus/IELUSC desconfia dos processos de crítica e enfrentamento e secundariza as necessidades e interesses de seus profissionais “em nome da virtude do ‘conhecimento’ e seus processos de transmissão/construção.”¹²¹

¹¹⁷ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p. 6 e 7.

¹¹⁸ FOUCAULT, 1998, p. 33.

¹¹⁹ Cf. Entrevista MONICH, 2006, p. 8.

¹²⁰ HARDT, 2004, p.194.

¹²¹ HARDT, 2004, p.49.

Alexandre A. Monich, na data da entrevista, não atuava mais como pastor. Formou-se em psicologia e reconhece-se como um trabalhador da educação. Exerce cargo de coordenador pedagógico no colégio Cenecista Elias Moreira, em Joinville.

2.4 2000 a 2006: o segundo jardim – plantando Espada de São Jorge e colhendo Boca-de-leão

O pastorado universitário no CBJ/IELUSC foi criado no ano de 2000. A partir de 1996, o CBJ iniciou suas atividades no ensino superior, havendo demanda para um pastorado específico. De novembro de 2000 a dezembro de 2001, o Bom Jesus/IELUSC tinha dois pastorados: o escolar e o universitário.

A vaga para o pastorado no ensino superior foi criada de acordo com as regras estabelecidas pela IECLB para abertura de vaga em paróquia. Sua vinculação deu-se através do Sínodo e não do Departamento de Educação/Rede Sinodal. Uma vez aberta a vaga, o p. Carlos Musskopf, que trabalhava como pastor de estudantes universitários na Alemanha, foi contatado pelo p. Tito e motivado a candidatar-se para esse pastorado. Os dois conheciam-se desde os tempos de faculdade. O p. Carlos candidatou-se, foi aceito e iniciou suas atividades em 01.11.2000. O perfil do trabalho foi definido pelo pastor, que o imaginou em termos de uma Comunidade Estudantil. “O objetivo era criar uma comunidade, nos moldes de uma comunidade da IECLB, com representação estudantil, uma diretoria formal, organizada, mas não chegou a acontecer desta forma.”¹²² As razões para que essa comunidade não fosse formalmente criada foram de ordem burocrática, uma vez que o Sínodo não respondeu às propostas de estatuto elaboradas pelo p. Carlos, e de ordem organizacional, pois a dinâmica do trabalho foi mudando.

De acordo com o pastor, uma das ênfases do trabalho com universitários era o acompanhamento poimênico, uma vez que os/as jovens procuravam o pastor com muitas perguntas, questionamentos e possibilidades de mudanças de vida. A Instituição também tinha a expectativa de que o p. Carlos ajudasse a organizar estágios,

¹²² MUSSKOPF, Carlos. **Pastorado da Comunidade Estudantil no Bom Jesus/IELUSC**. Joinville, 12.09.2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf. p. 1.

intercâmbios, fizesse contatos com outras universidades, inclusive no exterior, já que ele havia trabalhado, como pastor de estudantes, em uma universidade da Alemanha e em um College Luterano nos Estados Unidos. Havia também a questão da espiritualidade que, de acordo com o p. Carlos, precisava ser contemplada, oferecendo-se aos/às estudantes algumas opções.

Estando há menos de um ano na Instituição, e procurando desenvolver algumas iniciativas com os/as universitários/as, o p. Carlos foi comunicado sobre a extinção do Pastorado Escolar e solicitado, pela direção, a assumir, provisoriamente, as funções e atribuições desse pastorado. Assim, o raio de ação da Comunidade Estudantil foi ampliado. O p. Carlos começou a ter encontros periódicos com as crianças na sala de aula, com o corpo docente, com todos os níveis de direção e coordenação e também com funcionários/as, desde as zeladoras até o pessoal da administração. Colocava-se sempre à disposição para ouvir, aconselhar e acompanhar. “Eu acho que o resultado foi que me tornei uma referência para as pessoas, não só para os momentos de dificuldades, mas também para casamentos e celebrações.”¹²³

O trabalho com a educação básica tinha, na visão do p. Carlos, dois eixos: a construção de uma cultura da paz e uma vida livre de drogas. Além disso, havia a meta de favorecer a vivência da espiritualidade tanto na Igreja de cada um/a, quanto na escola, na sala de aula ou em celebrações específicas. Também buscava encontrar-se com pais e mães, regularmente, para possibilitar momentos de reflexão no “Consulado da Paz”. A preocupação maior do p. Carlos era a relação com e entre os/as alunos/as, mas também a questão pedagógica era alvo de discussões.

A teologia luterana tem uma determinada visão de mundo que é diferente da visão de mundo que vem, por exemplo, do mundo oriental. Tem uma determinada visão de ser humano, uma antropologia, um conceito de ser humano que também é diferente. E tem um conceito de Deus que também é bem diferente do encontrado em filosofias e outras religiões. A teologia luterana quer dialogar com todas, mas também acho importante que o fundamento esteja presente, baseando e sustentando a questão da epistemologia, ou seja, da construção do conhecimento.¹²⁴

O p. Carlos tinha livre acesso a todas as unidades do Bom Jesus/IELUSC, mas, nos últimos 2 anos, percebeu restrições na Unidade I, espaço da Educação Infantil até a 3ª. série. Muitos exemplos poderiam ser dados, mas cito apenas 1: o Consulado da

¹²³ Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 1.

¹²⁴ Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 2.

Paz iniciou suas atividades nessa Unidade; porém, cada vez que havia reunião, era difícil encontrar sala, os bilhetes de convite não eram enviados, não havia cadeiras,...a estrutura dificultava o encontro. Assim, optou-se por fazer os encontros na Unidade III, de 4^a. a 8^a. série, onde a pessoa responsável pelo espaço apoiava o trabalho.¹²⁵ É importante observar que uma das pessoas responsáveis pela Unidade I tem mostrado publicamente uma preferência pelas religiões orientais, o que provoca um conflito explícito entre sua função numa escola evangélica e sua aparente opção de fé. Além de indicar para mães e alunos/as os “benefícios” desse tipo de religiosidade, com, por exemplo, propagandas constantes de “Yoga para crianças”, nos murais, oferece aos/as professores/as cursos e meditações nessa linha. No dia 21 de setembro de 2000, as crianças da Unidade I saudaram a natureza com um AUM. “O AUM que as crianças emitiram em uníssono é o som que a natureza produz, segundo a tradição oriental. ‘É o som como o mundo se estrutura’, explicou o professor Jorge L. Hoffmann.”¹²⁶ Essa mesma experiência repetiu-se no ano seguinte. É evidente que esse tipo de postura criou um conflito explícito com o pastor que, “como pastor da IECLB, não pode fugir da confessionalidade luterana e de seus fundamentos: somente pela fé, pela Escritura, pela graça de Deus e através de Jesus Cristo se chega à salvação.”¹²⁷

Também em redutos fechados do cristianismo ocidental, percebe-se a presença de elementos religiosos orientais ou de outras matrizes religiosas. (...) A globalização da expressão religiosa contribui não somente para a quebra desse monopólio, mas principalmente para a reconfiguração da religiosidade das pessoas e para o sentimento de não ser necessária uma filiação confessional.¹²⁸

Segundo Lermen, a confessionalidade de uma escola sinodal deve se refletir principalmente na sua definição pedagógica. “Uma compreensão bem específica do que significa ser uma pessoa humana, derivada da fé cristã, está na base de toda a compreensão do que significa ensinar, aprender, educar.”¹²⁹ É justamente por causa

¹²⁵ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 2 e 3.

¹²⁶ CRIANÇAS ABRAÇAM O VERDE. **Frente e Verso**, Joinville: Bom Jesus/IELUSC. Ano III, n.6, p.11, out. 2000.

¹²⁷ SIGNORINI, Jorge A. A confessionalidade luterana e o papel do pastor na escola luterana num contexto de pluralidade religiosa. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001. p. 125.

¹²⁸ WACHS, 2001a, p.107-108.

¹²⁹ LERMEN, Tito L. **Tópicos essenciais para fundamentar a constituição de um Conselho Curador em uma Instituição Luterana/Escola Sinodal**. Joinville: Bom Jesus/IELUSC, 2003b. Polígrafo, p.3.

disso, dos conceitos antropológico e teológico adotados por essa pessoa em função de responsabilidade, que o p. Carlos estabeleceu o confronto.

Estreitamente vinculada com a questão teológica está a antropológica. A fé cristã nos desafia a não operarmos nem com um conceito demasiadamente otimista, nem exageradamente pessimista de homem [sic!]. Uma antropologia por demais otimista considera que as potencialidades latentes da pessoa humana são tamanhas que, quando bem direcionadas, a levam quase que automaticamente à plenitude da sua vocação, inclusive ética e moral. A teologia cristã precisa se distanciar de uma tal postura e alertar para a pecaminosidade da natureza humana, atestada sempre de novo ao longo da história.¹³⁰

Com visões antropológicas e teológicas distintas, o espaço da Unidade I ficou pequeno demais para o convívio entre uma das responsáveis pela Unidade e o pastor. A atividade de liderança que ambos desempenhavam era um exercício de poder, e este gerou uma disputa onde a vitória de um/a era necessariamente a derrota do/a outro/a.

O pastorado da Comunidade estudantil não estava vinculado ao D.E. e o p. Carlos, ao contrário do p. Alexandre, não era contratado segundo a CLT, mas conforme orientação da IECLB para todos pastores e pastoras. Na manhã do dia 26 de setembro de 2005, o p. Tito comentou com o p. Carlos que havia feito uma consulta ao advogado trabalhista da Instituição, e este concluiu que a relação de trabalho entre o Bom Jesus/IELUSC e o Pastor não estava correta. Era uma relação que caracterizava vínculo empregatício, mas o Pastor era autônomo, e isso deixava a instituição numa posição bastante vulnerável. Houve então a recomendação para que se encontrasse outra forma de contrato. Tanto o Diretor quanto o Pastor decidiram que era hora de restabelecer o vínculo do pastorado com a Rede Sinodal, comum a outros pastorados escolares. Esse diálogo previa, evidentemente, a permanência do pastor Carlos na função.¹³¹

Ao longo desses 5 anos de trabalho na Comunidade Estudantil, o p. Carlos reconheceu a existência de um grupo, no Bom Jesus/IELUSC, que resiste em identificar o Instituto com a mantenedora ou com a IECLB. Assim, pessoas que defendem uma identidade confessional ou que questionam a “gestão privada” da Instituição têm seus espaços diminuídos. No caso do afastamento do p. Alexandre e sua equipe isso se mostrou claramente e, como outro dado objetivo, pode-se citar o fato de que, nos

¹³⁰ HOCH, Lothar C. Educação evangélica a partir do conceito de vocação. **Lições**: revista de ensino e pesquisa, São Leopoldo, n.1, p.35, 3º. Trimestre de 1985.

¹³¹ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p.3.

últimos 5 anos, 10 pessoas luteranas, em funções de coordenação, foram afastadas ou levadas a se afastar. Na visão do p. Carlos, sua atuação, fortemente vinculada à Igreja e à teologia luterana, contrariava os interesses desse grupo. Para demiti-lo, serviram-se de uma carta escrita e enviada pelo p. Carlos ao presidente da CEJ, que, nessa qualidade, também é membro do Conselho Curador do Bom Jesus/IELUSC¹³². A demissão foi decidida na noite do dia 26 de setembro (no mesmo dia em que conversaram sobre a relação trabalhista) e comunicada, pelo p. Tito, no dia seguinte.¹³³

Pais, alunos/as, professores/as e outras pessoas da cidade mobilizaram-se, fazendo abaixo-assinados e reuniões para demonstrar que a carta não era razão plausível para uma demissão. Como a pressão era grande, criou-se uma segunda razão: o pastor havia provocado divergências profundas com a mantenedora.¹³⁴ A diretoria da mantenedora alegou não haver divergência alguma com ela. O fato apontado havia sido entre o Pastor e o Presidente, sendo que a mantenedora só ficou sabendo do caso e da carta após a demissão do Pastor. Além disso, o Pastor continuava substituindo colegas nas paróquias da CEJ, a mantenedora, e isso era visto com simpatia.¹³⁵ Nesse contexto de buscas de razões ou falta delas, Foucault pode ajudar na reflexão, quando afirma: “Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são na realidade, julgadas e punidas.”¹³⁶ Essas sombras não se permitem revelar.

Paralelamente ao movimento de pais, mães e alunos/as, veio a posição da IECLB notificando que um pastor (não CLTista) não pode ser demitido sem o envolvimento do Sínodo. Assim, o p. Sinodal, que também é membro do Conselho Curador, participou do processo. Convidou o p. Carlos para a disciplina fraterna¹³⁷, onde, conforme afirmação do p. Carlos, indicava que o melhor seria silenciar e desistir do processo. Carlos não seguiu o conselho do Pastor Sinodal e levou o caso até o Conselho Sinodal. Este, em reunião de 10 de dezembro de 2005, em Rio das Antas – SC, ouviu a acusação do Instituto Bom Jesus/IELUSC, o qual, na ocasião, definiu a

¹³² Cf. Entrevista Musskopf, 2006, p.3.

¹³³ BOM JESUS/IELUSC. [Carta de demissão], Joinville, 27 set. 2005.

¹³⁴ Cf. BOM JESUS/IELUSC, [Circular 002/05], Joinville, 05 out. 2005.

¹³⁵ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 3.

¹³⁶ FOUCAULT, 1998, p.19.

¹³⁷ Prevista em IECLB. **Ordenamento Jurídico-doutrinário**. Blumenau:Centro de Literatura da IECLB, jul.2003. capítulo IV, p.4.

falta como insubordinação e quebra de disciplina.¹³⁸ O Conselho ouviu também a defesa do pastor. Como a acusação não apresentava argumentos concretos, e a defesa foi consistente, o Conselho Sinodal decidiu pelo arquivamento do processo e pela permanência do p. Carlos no Bom Jesus/IELUSC. A votação, a favor do pastor, foi de 31 a 19.¹³⁹

Em nenhum momento, o Conselho Curador sentou-se com o p. Carlos ou com o Conselho de Pais para discutir o assunto. Aliás, segundo o pastor, nunca houve uma avaliação do seu trabalho por parte do Conselho Curador (C.C.). Já o Conselho de Pais foi incansável nos questionamentos ao C.C., ao p.Tito e à CEJ e empenhou-se por uma forte mobilização. Houve inúmeras reuniões do Conselho de Pais, organização de abaixo-assinados e busca frustrada de diálogo com o C.C.. Este, mesmo convidado, não participava das reuniões do Conselho de Pais, nem mandava representante. Respondeu aos questionamentos do Conselho de Pais, primeiramente, com uma carta circular aos pais e alunos/as, alegando que “o Pastor Carlos criou divergências pessoais com a entidade mantenedora do Bom Jesus/IELUSC.”¹⁴⁰ Num segundo momento, mais uma vez questionado pelo Conselho de Pais, o Presidente do Conselho Curador respondeu a esse Conselho que “o Pastor Carlos criou profundas divergências pessoais com a Comunidade Evangélica de Joinville.” Na mesma carta, afirma que “é inócua a discussão do assunto no âmbito desta Instituição”, uma vez que “o mencionado profissional é vinculado àquela Igreja e não ao Bom Jesus/IELUSC.”¹⁴¹ Como não eram ouvidos, os pais forçaram uma entrada em uma das reuniões do C.C., em 21.11.2005, onde ouviram que a decisão estava tomada, era irrevogável, e que a verdadeira razão para a demissão não seria revelada para preservar o p. Carlos. Essa “verdadeira” razão jamais apareceu.¹⁴² Para discutir essa questão, Foucault é novamente elucidativo:

...Era o efeito, nos ritos punitivos, de uma certa mecânica do poder: (...) de um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança; de um poder para o qual a desobediência

¹³⁸ BOM JESUS/IELUSC. [Ao Conselho Sinodal do Sínodo Norte Catarinense], Joinville, 25 nov. 2005.

¹³⁹ SÍNODO NORTE CATARINENSE. Joinville. Livro de atas n.2 do Sínodo Norte catarinense. 10.12.2005.

¹⁴⁰ BOM JESUS/IELUSC, Circular 002/05.

¹⁴¹ ALLAGE, Vinícius. [Carta ao Conselho de Pais do Colégio]. Joinville, 16 out. 2005.

¹⁴² Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p.6, e BOM JESUS/IELUSC. CONSELHO DE PAIS DE 4ª. A 8ª. SÉRIES - 2005. Joinville. Ata p.33-34.

é um ato de hostilidade, um começo de sublevação, que não é em seu princípio muito diferente da guerra civil; de um poder que não precisa demonstrar porque aplica suas leis, mas quem são seus inimigos.¹⁴³

Como o Conselho Sinodal optou pela permanência do pastor, 2 membros do C.C. e o p.Tito foram à Secretaria Geral, em Porto Alegre, no dia 16.12.2005, para discutir o assunto. Tendo o assunto sido resolvido em nível de Sínodo, a Secretaria Geral não pode autorizar qualquer outra decisão. O Conselho Curador do Bom Jesus/IELUSC decidiu então pela extinção do pastorado, e o Pastor Sinodal não se posicionou contrariamente.¹⁴⁴ É interessante notar que na reunião seguinte do Conselho Sinodal, em março de 2006, o assunto não foi abordado.¹⁴⁵ Fechou-se um pastorado, criado através do Conselho Sinodal, para impor uma decisão do C.C. do Instituto Bom Jesus/IELUSC, contra a decisão do Conselho Sinodal, a quem se sonegou essa informação. Assim, desde fevereiro de 2006 o Bom Jesus/IELUSC, que, desde 2001, chama-se Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, está sem pastorado escolar ou universitário. Tanto o Secretário de Pessoal, que hoje é denominado Secretário para o Ministério com Ordenação, quanto o P. Sinodal e o Presidente Sinodal mostraram-se omissos frente às decisões tomadas pelo C.C. do Instituto. Assim como no caso do p. Alexandre, as pessoas em função de autoridade calaram-se ou assumiram o lado da instituição/escola. O único conselho que se ouviu, tanto pelo p. Alexandre quanto pelo p. Carlos, foi para desistir e procurar outra paróquia. O movimento de toda a comunidade escolar não foi considerado. O Conselho de Pais foi ignorado e, durante as férias, extinto.

O pastorado da Comunidade Estudantil fazia parte do Serviço de Apoio, composto também pela psicóloga, coordenadores/as de estágio e de orientação vocacional. A relação de Carlos com a psicóloga, já mencionada em 2.3, inicialmente foi muito boa. As dificuldades começaram quando o p. Carlos começou a questionar as relações de trabalho e o exercício do poder na Unidade I. Carlos ouvia muitos desabafos, queixas e convivia com a ansiedade das professoras.¹⁴⁶ Esse ouvido atento e os conseqüentes questionamentos geraram conflitos que não conseguiram ser

¹⁴³ FOUCAULT, 1998, p.48.

¹⁴⁴ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 4.

¹⁴⁵ SÍNODO NORTE CATARINENSE, ata de 18.03.2006.

¹⁴⁶ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p. 5.

superados. Foucault ilumina essa questão diferenciando poder exercido e poder possuído:

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.¹⁴⁷

Hoje, o p. Carlos ainda é pastor da IECLB. Após 8 meses em disponibilidade, foi aceito para servir na Paróquia do ABCD a partir de janeiro de 2007. Os 8 meses citados foram pagos integralmente pelo Bom Jesus/IELUSC, não deixando qualquer ônus para o Sínodo ou para a IECLB, diferentemente do que está previsto no Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB.¹⁴⁸ A extinção do pastorado no Bom Jesus/IELUSC foi anunciada ao p. Carlos pelo p. Tito e pelo P. Sinodal, acompanhada de um documento, trazido pelo advogado do Instituto. Este documento foi assinado pelo p. Carlos, e ali se procura descaracterizar a relação empregatícia.¹⁴⁹

¹⁴⁷ FOUCAULT, 1998, p.26.

¹⁴⁸ IECLB – **Estatuto do Ministério com Ordenação**. Blumenau:Centro de Literatura da IECLB. Jul. 2003. Capítulo XIII, art. 66, § 2º. Ali consta que o campo de trabalho paga os 2 primeiros meses da disponibilidade, o sínodo paga o 3º., a IECLB o 4º e o 5º.

¹⁴⁹ Cf. Entrevista MUSSKOPF, 2006, p.8, e BOM JESUS/IELUSC. Joinville. **Termo de Transação entre o Bom Jesus/IELUSC e o p. Carlos Musskopf**. Fev. 2006.

3 ESCOLA CONFSSIONAL OU ESCOLA PARTICULAR?– OS LIMITES DE UM PÁTIO DIVIDIDO

A história da aquisição do Colégio Bom Jesus, sua incorporação à Comunidade Evangélica de Joinville e a tentativa de definição de sua identidade nos trazem ao terceiro capítulo. Conforme o relato até aqui apresentado, a concepção de poder na Instituição tem na sua “herança genética” o centralismo. As grandes questões, bem como os conflitos, são decididos por um reduzido número de pessoas, apesar do discurso democrático e participativo presente nos pronunciamentos do diretor geral. A preocupação confessional está presente e transparece na busca de aproximação com a IECLB, na participação na Rede Sinodal de Educação e na criação dos pastorados escolar e universitário. Entretanto, a forma como acontecem essas relações Bom Jesus-IECLB dão margem a questionamentos pautados na diferença entre o dizível e o visível. Como o Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC é vinculado à Rede Sinodal de Educação, que, por sua vez, é vinculada à IECLB, faz-se necessário abordar as diretrizes educacionais da IECLB e os princípios pedagógicos da Rede Sinodal, discutindo-os com o Projeto Político Pedagógico do Bom Jesus/IELUSC. Essa discussão entre as possibilidades teóricas para uma proposta luterana de educação, contraposta à prática apresentada pelos relatos dos dois pastorados, no segundo capítulo, dá subsídios para uma resposta à pergunta original desta dissertação: “Confessionalidade Luterana no Bom Jesus/IELUSC: Flor de Páscoa ou Coroa de Espinhos?” Ou, posto de outra forma, que tipo de pátio/jardim dizemos e que tipo vemos?

3.1 A Política Educacional da IECLB – Um modelo para diversos pálios

O Conselho da Igreja da IECLB aprovou, em 2003, o documento intitulado “Diretrizes da Política Educacional da IECLB”. Nesse documento, são citadas as muitas iniciativas da Igreja para formular uma política de educação. Nas décadas de 70 e 80, um extenso material foi produzido, debates foram fomentados e consultas realizadas, resultando na elaboração de um documento chamado “Diretrizes de uma Política Educacional da IECLB”, aprovado pelo Conselho Diretor (CD) da IECLB em 1990. Em 1996, foi criado o Fórum Permanente de Formação e Educação. Em 1998, com a nova estrutura organizacional da IECLB, o Fórum foi reestruturado. Em 1999, foi criada a Comissão de Formação e Educação, com “a tarefa de traçar a política da IECLB nas áreas de Formação, Educação e Pessoal.” Essa Comissão tem a tarefa de articular e viabilizar os diferentes campos de abrangência educacional da IECLB, que abarcam o âmbito escolar, comunitário-eclesial e popular, formação, capacitação, atualização e especialização para a área educacional.¹⁵⁰ A elaboração das Diretrizes da Política Educacional da IECLB é, portanto, resultado de um longo processo de discussão e uma construção histórica que resgata memórias e projeta rumos.

Em tempos de convicções efêmeras, tradicionais instituições colocam no centro de suas discussões a questão da identidade própria, do seu particular. (...) Trata-se de uma tendência, mas também de um salutar exercício, através do qual são revisitadas teorias e atualizadas algumas práticas.¹⁵¹

As Diretrizes apresentam uma síntese sobre o entendimento de Educação na IECLB e dos princípios que o norteiam. Ali consta claramente a relação que se pretende entre teologia e pedagogia:

A concepção evangélico-luterana de educação é compreendida a partir da intersecção dialógica entre a teologia e a pedagogia. (...) Ambas, com seus paradigmas, interferem uma na outra, estabelecendo uma correlação teórica e prática.¹⁵²

A IECLB entendeu o desafio que se colocava para além das escolas comunitárias, preocupadas quase que exclusivamente com a alfabetização. Fazia-se

¹⁵⁰ Cf. DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA IECLB. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO - IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana**. São Leopoldo: Sinodal. 2005. p.9-11.

¹⁵¹ IUNG, Silvio. Apresentação. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana**. São Leopoldo: Sinodal. 2005. p.7.

¹⁵² Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.11.

necessário uma política geral, abrangente e com propostas definidas. Assim, as Diretrizes apresentam a Teologia Luterana e a Pedagogia numa intersecção dialógica, possibilitando a construção de uma teologia-pedagógica e de uma pedagogia-teológica. A partir desse entendimento, foram elaborados os princípios bíblicos, teológico-confessionais e pedagógicos da Política Educacional da IECLB.¹⁵³

Na apresentação dos *fundamentos bíblicos*, o texto das Diretrizes apresenta a observância do mandamento do amor (a Deus, ao próximo e a si mesmo), com base em Mt 22.37, 39; o texto afirma a prática da esperança e da reconciliação (esperança por justiça e paz, liberdade e fraternidade), baseado em Rm 12.12-14; aponta para a tarefa de educar para a liberdade (sentir-se livre para colocar-se a serviço da promoção da vida), a partir de Mt 28.19-20; coloca o diálogo e o respeito como expressão da unidade (cooperar com cuidado significa agir com respeito, valorizando o modo de ser de cada um/a), baseado em 1Co 12.13; e afirma o servir como testemunho de fé e amorosidade (através do serviço ao outro, anunciamos o Evangelho em palavra e ação), lembrando 1Co 12.4-5.¹⁵⁴

Os *fundamentos teológico-confessionais* são a justificação por fé e graça, a liberdade cristã, o sacerdócio geral de todos os crentes e a igreja reformada em constante reforma. A justificação por fé e graça nos lembra que “a aceitação da pessoa e a abertura para o diálogo não dependem dos méritos do nosso interlocutor, mas são decorrência da nossa relação com Deus.” A liberdade cristã, um dos pilares da teologia luterana, exclui qualquer forma de imposição na transmissão do Evangelho. A partir do princípio do sacerdócio universal de todos os crentes, assume-se a tarefa teológico-pedagógica de convocar pessoas para o exercício da cidadania. A Igreja reformada em constante reforma mostra que “toda e qualquer Política Educacional na IECLB sempre será uma proposta do momento presente.”¹⁵⁵

Os *fundamentos pedagógicos* tratam de cinco dimensões: a relacional, a institucional, a do conhecimento, a metodológica e a ética. Estas dimensões forneceram o roteiro para a elaboração dos Princípios Pedagógicos da Rede Sinodal de Educação.

¹⁵³ Cf. Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005. p.11.

¹⁵⁴ Cf. Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.11-15.

¹⁵⁵ Cf. Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.15-18.

Abordando a dimensão relacional, o Documento afirma que “o ser humano e a sua dignificação são o meio e o fim da educação.” Na dimensão institucional, é dito que “a educação se faz por meio da instituição e da institucionalização de valores e práticas (ações).” Na dimensão do conhecimento, é ressaltada a interação sujeito-objeto-ambiente, relativizando o conhecimento que é orientado por verdades dogmáticas ou descontextualizadas. A dimensão metodológica alerta para o fato de não haver métodos universais, que sirvam para todas as pessoas em todos os lugares; contudo, existem alguns princípios orientadores, expressos pelos seguintes conceitos: movimento, dinamicidade, sensibilidade, flexibilidade, lúdico, criatividade, processo dialógico, aprendizagem significativa, planejamento e avaliação. A dimensão ética apresenta a capacidade e a vontade de estabelecer princípios que orientem o agir cotidiano. A educação tem um caráter ético na medida em que orienta essa ação.¹⁵⁶

Além de apresentar um histórico da política educacional e de seus princípios, as Diretrizes também propõem ações. Ali está colocado que o elemento fundante de toda ação educacional na IECLB deve ser a base confessional evangélico-luterana, que “deve perpassar os currículos das casas de formação e os projetos pedagógicos das escolas da IECLB.”¹⁵⁷ Para isso, pressupõe-se a observância dos seguintes pontos:

- 1- Educação como testemunho, denúncia, anúncio e serviço;
- 2- Somente Jesus Cristo pela Escritura, pela fé e pela graça;
- 3- Consciência de qualidade de vida no contexto da criação;
- 4- A escola como fomentadora de lideranças comprometidas com a vida.

Também como ações a serem perseguidas, estão o fortalecimento e a ampliação da Rede Sinodal de Educação.¹⁵⁸

Segundo o Documento, a IECLB está ali onde seus membros e instituições estão representados. Portanto, sua atuação na educação “deve ter como suporte uma comunidade eclesial, se não para iniciá-la, mas para mantê-la.” Nessa mesma linha de pensamento, aparece um alerta às comunidades: “que continuem como patrocinadoras

¹⁵⁶ Cf. Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.18-22.

¹⁵⁷ Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.22.

¹⁵⁸ Cf. Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.22-24.

da atividade educacional, mediante representação de seus membros nos órgãos deliberativos das instituições.”¹⁵⁹

A elaboração das Diretrizes veio atender a uma necessidade não só da Igreja, definindo sua relação e princípios educacionais, como também das escolas, colocando fundamentos bíblicos, teológico-confessionais e pedagógicos para todas as escolas vinculadas à Rede Sinodal de Educação. Toda a discussão sobre identidade luterana, enfrentada e confrontada pelas escolas, teve um novo olhar a partir dessas Diretrizes. Com elas, a IECLB assume uma posição frente à questão educacional e propõe estratégias de ação também para as escolas¹⁶⁰. Acredito que esse documento seja o propulsor de definições e delimitações de espaço da Rede Sinodal e das escolas a ela vinculadas com relação à Igreja, bem como o fomentador de posturas que revelam sua identidade. Integrar a Rede Sinodal significa partilhar desses princípios e aceitar seus fundamentos. Toda escola vinculada à Rede Sinodal de Educação deveria e deve ser, portanto, uma escola Confessional Luterana e, como tal, identificada com as Diretrizes e os Princípios Pedagógicos da Rede Sinodal. Nessa busca por definições, o Conselho de Educação da IECLB emitiu um parecer, definindo escola comunitária:

...podemos afirmar que as escolas da Rede Sinodal de Educação são **particulares**, por ter sido criadas pela iniciativa privada; **comunitárias**, pela origem e gerenciamento; **confessionais**, por manter a fundamentação dos princípios evangélico-luteranos, e **sinodais**, por integrar uma rede de escolas com compromissos comuns.¹⁶¹

3.1 Escola Luterana – um pátio a ser construído e reconstruído

As Diretrizes da Política Educacional da IECLB apresentam princípios norteadores para os diferentes campos de atuação educacional da IECLB, inclusive para as escolas vinculadas a ela. Muitas dessas escolas têm em seu nome a palavra “luterana” e por isso é necessário que se defina o que se entende por esse conceito.

Indagado sobre “O que são Escolas Luteranas?”, Dorival Fleck responde:

A “Escola Luterana” deve ser hoje, valorizada, porque ela é uma importante forma de a Igreja prestar serviço à sociedade. É possível, através dela, mostrar

¹⁵⁹ Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.24.

¹⁶⁰ As Diretrizes também tratam do ProEduc, da Educação Comunitária e do Ensino Religioso. Esses temas, porém, não serão abordados nesta dissertação.

¹⁶¹ CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Parecer n. 02/2006**. Definição de Escola Comunitária. São Leopoldo, ago. 2006. p.5.

que se pode fazer Educação com seriedade. Além disso, são muitos os benefícios que ela pode trazer para a Comunidade Evangélica: as pessoas se congregam em torno da escola, tornando a própria vida da Comunidade mais ativa, significativa e comprometida.

O ensino e a educação das crianças é uma das mais caras tradições luteranas e, como tal, compromisso da nossa Igreja.¹⁶²

É interessante observar que Fleck não responde a pergunta colocada. Ele coloca a importância, as possibilidades e os benefícios de uma escola para as comunidades, mas não define o que é uma Escola Luterana. Talvez essa resposta seja reflexo da crise de identidade pela qual passavam as escolas e o Departamento de Educação.

De acordo com Lermen, o objetivo da Escola Comunitária Luterana é, no Brasil, favorecer, pela proposta curricular, “o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico, da solidariedade, consolidando uma educação de qualidade, elemento básico para o exercício pleno da cidadania.” O perfil dessa entidade é traçado, de acordo com o autor, pelas pessoas que ali trabalham. A inovação também caracteriza essa escola participativa e comunitária.¹⁶³ Lermen enfatiza que o objetivo da educação é humanizar as pessoas, e o trabalho educacional, do ponto de vista luterano, deve considerar o binômio amor e liberdade, cujo ponto de chegada é a sabedoria. Para ele, pessoas sábias serão desafiadas a construir uma sociedade solidária, estabelecendo o equilíbrio e a harmonia por meio do diálogo e da negociação.¹⁶⁴

Dreher afirma que, para Lutero, é fundamental que com a educação se mantenha a verdade evangélica. É ela que possibilita a participação crítica na sociedade e deve ser acessível a todas as pessoas. Para Lutero, educação não é privilégio da elite, mas direito fundamental de todo o cidadão e de toda a cidadã. Assim, a tarefa do/a educador/a cristão/ã é, segundo Dreher, “preparar pessoas para a salvação do mundo; preparar cidadãos capazes de remar contra a correnteza, bons políticos, bons administradores, pessoas capazes de tornar o mundo mais humano.”¹⁶⁵

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Lermen afirma que

¹⁶² Apud LERMEN, T. L., **Uma Escola Comunitária Luterana e Sua Política de Qualidade: Educação Básica**, Joinville, 2002. Polígrafo, s/n.

¹⁶³ Cf. LERMEN, 2002, p.3.

¹⁶⁴ Cf. LERMEN, 2002, p.5

¹⁶⁵ DREHER, M. N. O Professor Lutero e a Educação. **Lições**: Revista de ensino e pesquisa/ Rede Sinodal de Educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. n.16, p.9-10, jul./dez. 2003.

a função prioritária da escola é sua função político-social. Pedagogia e política são fontes constitutivas de um todo. A escola faz política não só pelo que diz, mas também pelo que cala, não só pelo que faz, mas também pelo que não faz. (...) Assim, a 'educação deve determinar mudanças na sociedade e não a sociedade determinar mudanças na educação'.¹⁶⁶

De acordo com os textos apresentados, uma escola luterana caracteriza-se pela valorização da criatividade, da participação, fomento do espírito crítico, formação de cidadãos/ãs engajados/as em transformar o mundo na busca de mais vida para todos e todas. Este é o objetivo da escola luterana e sua prática pedagógica deve assegurar essa realidade. Também o Conselho de Educação da IECLB preocupou-se, recentemente, com a definição de “escola comunitária”:

As escolas comunitárias da Rede Sinodal têm se caracterizado como confessionais porque procuram basear seus princípios pedagógicos e formular suas diretrizes de política educacional nos fundamentos teológicos e educacionais luteranos, atender às orientações e às ideologias específicas na estruturação e nas orientações de procedimentos pedagógicos e organizar sua gestão inspirada em sua concepção de horizontalidade das relações de serviço.¹⁶⁷

Nesse mesmo documento, o Conselho de Educação aborda a importância dos princípios pedagógicos da Rede e aponta para a necessidade de construção dos projetos pedagógicos com a participação da comunidade. Por isso, o projeto pedagógico é sempre aberto e inconcluso.¹⁶⁸ Lermen afirma que “o Projeto Político Pedagógico é a escola de fato. A escola é o seu PPP em ação.”¹⁶⁹

Novamente aparecem contradições entre o dizível e o visível no exercício de poder no Bom Jesus/IELUSC, uma vez que as páginas 10 a 40 do PPP, que tem 60 páginas, são resumos de textos do diretor, inclusive com reproduções literais de partes do seu livro. Por isso, todos os textos citados com autoria de Lermen, encontram-se parcialmente no PPP da Instituição. Optei pela referência dos textos originais porque um PPP, a princípio, é de autoria coletiva ou não permite a identificação de um/a autor/a em particular. No caso em estudo, é fácil identificar a origem e a autoria dos textos.

Todas as escolas vinculadas à Rede Sinodal de Educação têm autonomia para elaborar seu PPP, desde que tenham, como elementos norteadores da elaboração, os

¹⁶⁶ LERMEN, 2002, Anexo 4, p.1.

¹⁶⁷ CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB, 02/2006. p.3.

¹⁶⁸ CONSELHO DE EDUCAÇÃO- IECLB, 02/2006, p.4.

¹⁶⁹ LERMEN, 2002, p.15.

documentos institucionais e os Princípios Pedagógicos da Rede.¹⁷⁰ Na apresentação desses Princípios, a dimensão institucional novamente enfatiza o reconhecimento da identidade luterana a partir do diálogo entre pedagogia e teologia, leitura da realidade, buscando “tornar o fazer pedagógico um ato educativo marcado pelo espírito cristão.”¹⁷¹ Tratando da dimensão do conhecimento, estabelece-se que a identidade da R.S.E. e os currículos de suas escolas fundamentam-se nas seguintes premissas: visão pedagógica que desenvolve o senso crítico, a autonomia de pensamento, a ética, a responsabilidade, a solidariedade e a criatividade na construção das diferentes áreas do saber. Além disso, consideram-se os 4 pilares da educação indicados pela UNESCO – aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer – como elementos intrínsecos ao Projeto Pedagógico. Com isso, preserva-se a autonomia das escolas, mas firma-se um comprometimento mútuo entre elas.¹⁷²

Na dimensão relacional, aparece novamente a “postura dialógica”, tão necessária na concepção teológica da justificação pela graça. “Essa postura enfatiza o direito à expressão da ‘voz’ pessoal e comunitária.” Ela “permite que os conflitos se manifestem e que se revelem as discordâncias, consideradas como parte do processo.” A identidade da Rede Sinodal está explícita na sua relação e comprometimento com o lugar em que habita. O processo educacional está em relação direta com a sociedade, buscando promover tolerância, solidariedade, cuidado com o outro e vivências de princípios inclusivos. Essa relação dialógica e solidária deve ser estimulada em toda a comunidade escolar (corpo docente, discente, administrativo e pedagógico).¹⁷³

A dimensão metodológica está alicerçada na interdisciplinaridade, concebendo a construção do conhecimento como algo cooperativo e coletivo, considerando a diversidade de saberes e o espaço da pessoa e do grupo.¹⁷⁴

O PPP do Bom Jesus/IELUSC apresenta apenas 3 dimensões pedagógicas presentes nos Princípios Pedagógicos da Rede Sinodal de Educação: a institucional, a do conhecimento e a metodológica. Ele contém uma vasta explanação sobre gestão e

¹⁷⁰ Cf. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO - IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p.29.

¹⁷¹ Princípios Pedagógicos da R.S.E., 2005, p. 28.

¹⁷² Cf. Princípios Pedagógicos da R.S.E., 2005, p.31.

¹⁷³ Cf. Princípios Pedagógicos da R.S.E., 2005, p.33.

¹⁷⁴ Cf. Princípios Pedagógicos da R.S.E., 2005, p.35.

uma curta apresentação de sua proposta pedagógica. A proposta de gestão ocupa 27 páginas, enquanto a pedagógica ocupa somente 4. Se considerarmos a afirmação de Lermen de que “a confessionalidade da escola sinodal deve se refletir, inclusive e principalmente, na sua definição pedagógica”,¹⁷⁵ podemos concluir que o Bom Jesus/IELUSC está refletindo uma crise confessional e uma indefinição ou uma superficialidade pedagógica. Com relação a essa questão, é importante observar que, desde a saída da diretora adjunta e coordenadora pedagógica geral, em dezembro de 2005, a Instituição está sem uma pessoa responsável especificamente pela coordenação pedagógica. Também a identidade confessional está prejudicada desde a extinção dos pastorados, em final de 2001 e início de 2006.

3.3 A Confessionalidade luterana na CEJ e no Bom Jesus/IELUSC – um pátio com muitas pedras

“O Bom Jesus/IELUSC é uma instituição luterana e se apresenta como um serviço da comunidade local para a sociedade local. E é com base no serviço que se constrói também a cidadania.”¹⁷⁶

Conforme as Diretrizes da IECLB, a educação tem como suporte uma comunidade eclesial para iniciá-la ou mantê-la. No caso de escolas, a comunidade pode ser a mantenedora e, em Joinville, a mantenedora do Bom Jesus é a CEJ. As mantenedoras das escolas confessionais têm uma identidade religiosa e, conforme Wachs, dependendo da relação da mantenedora com a escola, constitui-se a identidade religiosa da escola. Assim, para ele, a questão da pastoral escolar está baseada num tripé: “confessionalidade da entidade mantenedora, visão de missão, contexto escolar e a própria coordenação da pastoral.”¹⁷⁷

De acordo com o apresentado no primeiro capítulo, a identidade confessional da CEJ sempre foi difusa. Tendo construído sua história com a participação de pastores

¹⁷⁵ LERMEN, 2003b, p.3.

¹⁷⁶ LERMEN, Tito L. **Gestão educacional aplicada no Bom Jesus/IELUSC**: uma aproximação à compreensão do tema. Joinville, fev/2005. Polígrafo. p.9.

¹⁷⁷ WACHS, Manfredo C. Pastorado escolar e a dimensão missionária. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001b. p. 80-81.

evangélicos de diferentes segmentos protestantes e matizes teológicas, a CEJ ainda hoje sofre uma crise de identidade. Trata-se de um “ajuntamento” de comunidades evangélico-luteranas, com posições teológicas e culturais distintas, que convivem em tensão e com certa concorrência. Alguns pastores, atuantes principalmente na periferia, identificam-se com o Movimento Encontro (M.E.) e/ou com o Movimento Carismático (M.C.). Outros/as pastores/as, no centro e também na periferia, identificam-se com a Pastoral Popular Luterana (PPL). Há também na cidade um forte centro da Missão Evangélica União Cristã (MEUC), que não é uma paróquia da CEJ, mas atua entre os membros desta.¹⁷⁸ Na Conferência de Obreiros e Obreiras da CEJ as diferenças teológicas, ideológicas e pedagógicas aparecem e, muitas vezes, o debate é tenso.

A mantenedora do Bom Jesus/IELUSC é a CEJ, mas nenhum dos pastores do Instituto estava ligado profissionalmente a ela e, por isso, não era esperado que participasse das reuniões de obreiros e obreiras da CEJ. Eles não faziam parte desse corpo de obreiros/as. Havia uma clara distinção entre ser pastor da CEJ e ser pastor do Bom Jesus/IELUSC. De igual modo, o diretor geral do Instituto, que também é pastor da IECLB, raramente participa de alguma atividade da CEJ, a não ser da Assembléia Geral, como membro votante.

Assim como a CEJ apresenta uma confessionalidade difusa e plural, também o Bom Jesus/IELUSC tem dificuldade em se estabelecer como Escola Confessional. Porém, esta não é uma peculiaridade somente do Bom Jesus/IELUSC, mas de muitas outras escolas da Rede Sinodal. Tanto que Wachs afirma: “Em alguns casos, manifesta-se evidentemente uma forma de intervenção, pois o discurso dessas instituições escolares deixou de ser o discurso da hierarquia da Igreja. (...) o rosto que identificava determinada escola transformou-se em algo nebuloso.”¹⁷⁹ Por isso, Wachs alerta para a possibilidade de intervenção nas escolas, com pessoas que se identificam com o discurso oficial da Igreja assumindo postos-chaves na escola. Esse papel pode

¹⁷⁸ M.E., M.C. e MEUC são movimentos que se declaram de avivamento e atuam, dentro e fora da IECLB, com diferentes propostas de evangelização. A PPL é uma pastoral identificada com movimentos que buscam o exercício da cidadania e assume um compromisso em favor dos/as excluídos/as, a partir da fé em Jesus Cristo.

¹⁷⁹ WACHS, 2001b, p. 83.

ser do pastor escolar, que tentaria um “resgate de identidade”. “A intervenção significa resgatar o sentido histórico e filosófico, que foi perdido.”¹⁸⁰

Wachs alerta para a necessidade de a mantenedora ter clareza sobre seu papel na missão educacional e religiosa. No caso do Bom Jesus/IELUSC e CEJ, quer me parecer que a mantenedora precisa definir se quer ou não assumir seu papel, o qual tem sido, desde a aquisição do Instituto Bom Jesus, de indiferença e descompromisso com relação às ações e decisões do Instituto.

Além do “resgate da identidade”, o pastor escolar pode assumir um papel de “voz profética” ou de “grilo falante”, quando denuncia o fato de que “no decorrer dos últimos anos as escolas confessionais foram perdendo o caráter comunitário e a dimensão de formação integral.” Elas assumiram cada vez com maior intensidade o caráter de escola particular para as elites econômicas. “As escolas restringiram-se mais a oferecer um serviço educacional do que desempenhar a missão de *educar para todos* e a meta missionária de *atingir os confins da terra*.” Como “voz profética”, o representante religioso na escola passaria a ser o “panóptico moral”, de Foucault,¹⁸¹ “que constrange determinadas ações e decisões.”¹⁸²

O Bom Jesus/IELUSC sempre teve um caráter comunitário discutível. Quando foi adquirido pela CEJ, já o foi como uma opção de educação para a elite econômica da cidade e não como uma escola para todos/as. O primeiro diretor, p. Michel, fez de uma escola pequena e decadente um grande colégio particular. O p. Tito, segundo e atual diretor, não mudou substancialmente o caráter da escola. Apesar de defender teoricamente uma escola comunitária e participativa, o Instituto é, na educação básica, uma escola da elite. Ao mesmo tempo em que há iniciativas de aproximação entre o Instituto Bom Jesus/IELUSC e a Rede Sinodal, e entre o Instituto e a IECLB, é inegável a distância que existe entre essas instâncias.

Para fortalecer a comunidade luterana na escola, é preciso fortalecer a identidade da própria Igreja como um todo. A comunidade é o lugar da educação confessional. Se ali estiver bem, a escola como uma extensão da comunidade religiosa também se fortalecerá. (...) Uma escola da rede de educação da IECLB também é Igreja.¹⁸³

¹⁸⁰ WACHS, 2001b, p. 83.

¹⁸¹ “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto.” FOUCAULT, 1998, p.167.

¹⁸² Cf. WACHS, 2001b, p.84.

¹⁸³ SIGNORINI, 2001, p.126.

Signorini defende a tese de que se há problema de confessionalidade na escola, esse problema revela uma condição da Igreja como um todo. A Igreja, acordando para seus fundamentos bíblicos, teológicos e confessionais, favorecerá o posicionamento da escola. “Só poderá ter relações ecumênicas saudáveis a escola que assume a identidade confessional de sua Igreja.”¹⁸⁴

O Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC tem a palavra “luterano” no nome, tem a CEJ como mantenedora e tem a IECLB representada em seu Conselho Curador, também através do Pastor Sinodal do Sínodo Norte-Catarinense. Por mais de uma década, o Instituto teve pastorados escolar e universitário ocupados por pastores luteranos e teve/tem na função de diretor geral, há 41 anos, pastores luteranos. Apesar disso, o Instituto é visto na cidade de Joinville como uma escola particular e elitista, que expressa de muitas formas a dificuldade em ser confessional. Sua relação com a mantenedora é superficial, os discursos teológicos das pessoas responsáveis pelos diferentes cursos são distintos, e os questionamentos que se colocam, a partir da teologia luterana, não são tidos como relevantes para a pedagogia em prática. Contudo, suas maiores contradições aparecem no exercício do poder, que, apesar do discurso participativo, dialogal e democrático do diretor geral, não é visível desta forma. Como mais um exemplo, pode-se citar o fato de que não está prevista, pela Instituição, a possibilidade de um processo democrático e participativo para a escolha do/a diretor/a, e não se admite discutir as decisões tomadas pelo Conselho Curador, o qual abriga algumas pessoas há 23 anos. A história da criação e extinção dos dois pastorados comprova essa avaliação.

3.4 Escola Confessional – tensão entre o particular e o comunitário – um pátio em disputa

É interessante observar que no documento das Diretrizes da Política Educacional da IECLB, os fundamentos pedagógicos apresentam *cinco* dimensões. A última é “da dimensão ética”. Entretanto, os Princípios Pedagógicos da Rede Sinodal de

¹⁸⁴ SIGNORINI, 2001, p.127.

Educação, ao abordarem essas dimensões, omitem a quinta. Questões referentes à ética aparecem constantemente nos escritos sobre as escolas da Rede Sinodal e, nas Diretrizes, é afirmado o seguinte:

A capacidade e a vontade de estabelecer princípios que orientem o agir cotidiano, seja no âmbito individual, seja no ambiente coletivo, podem ser designadas como disposição ética. A educação tem um caráter ético, na medida em que orienta a ação dos diferentes sujeitos numa instituição educacional, pois por meio dela buscam-se soluções e alternativas para os problemas da existência humana.¹⁸⁵

Lermen afirma que o Conselho Escolar está sempre exposto a escolher entre o melhor e o menos ruim, entre o legal e o jeitinho, o certo e o errado. São as decisões próprias do domínio da ética. O ser ético é mais do que um ser obediente; age de acordo com valores que orientam sua vida. “Dessa forma, o amor ao próximo (ágape) é o único critério ético. Sem ele – nem o cumprimento da lei, nem a mais severa ascese ou auto-sacrifício tem qualquer validade ética.”¹⁸⁶

De acordo com Lermen, é no cotidiano que se vive a ética e não só em grandes decisões. O Conselho Escolar precisa zelar para que a escola tenha um comportamento ético, e para que seu comportamento também o seja. “E um sistema ético – numa organização – é nada mais do que ter plena consciência do que se está fazendo, de suas conseqüências e implicações. E responder por isso!”¹⁸⁷

A instituição luterana deve servir, estar comprometida com a formação do caráter, com o conteúdo do ser. Os conflitos devem ser apresentados de forma crítica e sua resolução faz parte do aprendizado.¹⁸⁸

A partir dessas citações e referências, pode-se deduzir que, no Bom Jesus/IELUSC, a dimensão ética é motivo de reflexão e promotora de ações conseqüentes. Entretanto, assim como acontece nos Princípios Pedagógicos da Rede Sinodal, também no PPP do Bom Jesus/IELUSC é omitida a dimensão ética, além da relacional, ambas apresentadas nas Diretrizes como categorias essenciais para a elaboração de uma proposta pedagógica. É importante apontar para o que os Princípios Pedagógicos afirmam a respeito da dimensão relacional: ela “implica uma postura

¹⁸⁵ Diretrizes da Política de Educação da IECLB, 2005, p.21.

¹⁸⁶ LERMEN, 2003b. p.8 e 9.

¹⁸⁷ LERMEN, 2003b, p.9 e 10.

¹⁸⁸ Cf. LERMEN, 2003a, p.115.

dialógica que precisa vir ao encontro dessa visão de ser humano e da concepção teológica da justificação pela graça.” A visão de ser humano a que o parágrafo faz referência é a de um ser criado à semelhança de Deus, com dignidade e consciência de seu protagonismo histórico. A postura dialógica “ênfatiza o direito à expressão da ‘voz’ pessoal e comunitária.” Ela “permite que os conflitos se manifestem e que se revelem as discordâncias, consideradas como parte do processo.”¹⁸⁹

Conforme visto no segundo capítulo desta dissertação, uma voz pessoal ou comunitária discordante no Bom Jesus/IELUSC provoca conflitos que, ao invés de se mostrarem como parte do processo de aprendizagem, significam ameaças e revelam a fragilidade e as contradições da gestão. A meu ver, qualquer liderança, no Bom Jesus/IELUSC, só é protagonista à medida em que segue o script que lhe for dado. Sair do texto ou improvisar uma cena significa expor-se a julgamento, com muitas chances de ser considerado/a culpado/a. Sendo assim, não é de surpreender o fato de se haver omitido a dimensão relacional como categoria essencial na construção de seu PPP. A história dos dois pastorados, relatada no segundo capítulo, deixa clara essa inaptidão relacional, bem como a ausência de uma postura dialógica na Instituição.

A postura dialógica parte de uma visão de ser humano digno e protagonista, além de reconhecer a importância da concepção da justificação pela graça através da fé, um dos fundamentos da teologia luterana. O Documento das Diretrizes, ao explicar esse fundamento, nos lembra que “a aceitação da pessoa e a abertura para o diálogo não dependem dos méritos do nosso interlocutor, mas são decorrência da nossa relação com Deus.”¹⁹⁰ A partir disso, é necessário lembrar que, mesmo que, eventualmente, os dois pastores escolar e universitário/estudantil não tivessem méritos ou fossem, na visão dos membros do Conselho Curador, indignos de se sentarem com eles à mesa para uma discussão, não há justificativa teológica ou pedagógica para tal atitude. Até porque, o próprio diretor geral afirma que “como resultado do processo educacional as pessoas são desafiadas a construir uma sociedade solidária, com igualdade de oportunidades e justiça. Uma sociedade na qual conflitos são superados

¹⁸⁹ Princípios Pedagógicos da R.S.E., 2005, p.33.

¹⁹⁰ Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.15.

pelo diálogo e pela negociação.”¹⁹¹

Monich, num texto já citado no capítulo anterior, afirma que o diálogo que se propõe entre pedagogia e teologia é diferente daquele entre navegadores e nativos. “Numa repetição histórica, a navegação que permite o encontro permitiu a dominação, a negação. Não basta o encontro. Faz-se necessária uma ética.”¹⁹² A partir dos fatos relatados, com relação aos pastorados no Bom Jesus/IELUSC, percebe-se que o diálogo entre pedagogia e teologia pode acontecer em igualdade de condições, mas o diálogo entre os responsáveis pela gestão e os/as demais participantes da comunidade escolar continua sendo como o diálogo entre navegadores e nativos, ou seja, de dominação e negação. Com esse modelo de gestão, há dificuldades inclusive para o encontro.

Além de omitir-se a dimensão relacional no PPP do Bom Jesus/IELUSC, omite-se também a dimensão ética. A partir das Diretrizes, pode-se entender o que a IECLB propõe ao introduzir essa categoria orientadora, e buscar compreender o porquê da omissão, tanto na Rede Sinodal quanto no Bom Jesus/IELUSC, dessa dimensão.

A ética remete à preservação da vida e ao querer-viver. (...) A dimensão ética da educação está vinculada ao social, significando os costumes culturais, valores, tradições e tudo aquilo que se refere a um determinado modo de viver em coletividade, de viver o nós. (...) Um dos preceitos éticos que orientam a prática pedagógica evangélico-luterana é a disposição de cada sujeito de incorporar uma reorientação constante do fazer. (...) A dignificação humana e a solidariedade são dois preceitos que orientam e constituem a ética da responsabilidade.¹⁹³

A ética trata do cotidiano e se reflete no cotidiano. Fazer opções depende do entendimento de ética. Falar ou calar, negociar ou ser intransigente, chutar ou abraçar, condenar ou perdoar dependem da ética. Por meio da ética “buscam-se soluções e alternativas para os problemas da existência humana.”¹⁹⁴

Quando da demissão do p. Carlos, um aluno do Colégio, de 7 anos, perguntou à mãe: “Que pecado tão grave o p. Carlos cometeu que não merece perdão?” Com a pergunta dessa criança, seria possível iniciar a discussão sobre questões éticas que envolveram e culminaram com o processo de extinção dos dois pastorados. Ali ficou

¹⁹¹ LERMEN, 2005, p.3 e BOM JESUS/IELUSC. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2007**. Disponível em: www.bomjesusielusc.edu.br Acesso em 20.dez.2006. p.16.

¹⁹² MONICH, 2001, p.107-108.

¹⁹³ Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.21-22.

¹⁹⁴ Diretrizes da Política Educacional da IECLB, 2005, p.21.

evidente o grande abismo existente entre o dizível e o visível, bem como as opções feitas, defendendo um determinado modo de viver, há muito engessado pela “herança genética do poder” na Instituição. Conforme Hardt, um novo tempero para a educação pode estar justamente no exercício de perguntar ao/à outro/a o sentido de determinadas ações, e de buscar o “dizer verdadeiro”.¹⁹⁵ Talvez tenha sido exatamente essa a minha intenção ao iniciar esta Pesquisa: procurar novos temperos, perguntando e pesquisando na história e na trajetória de vida de algumas pessoas o seu “dizer verdadeiro” e o sentido de determinadas ações. Muitas perguntas permanecem sem respostas, mas pode-se ainda hoje dizer com Burger, cuja fala remonta aos anos 60-70, que “é um pouco difícil de dizer quando é que uma escola é ou não é evangélica.”¹⁹⁶

Conforme consta no primeiro capítulo, tanto o p. Burger quanto o sr. Raul Schmidt afirmaram que, decisivo para a aquisição do IBJ, não foi o interesse em ter uma escola confessional, mas foi a defesa da tradição e da cultura alemãs. Em 1963, retomou-se o espírito da saudosa Deutsche Schule: uma escola alemã, sem vínculo confessional, voltada para a elite, dirigida por uma associação, com alto grau de exigência intelectual para permitir o ingresso dos/as estudantes nas Universidades alemãs. Hoje, não se está longe dessa descrição: o “antigo” Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, que desde dezembro de 2006 chama-se Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, no que tange à Educação Básica, é uma escola particular, com vínculo confessional discutível, dirigida à elite, voltando a ser dirigida por uma associação, com alto grau de exigência intelectual, visando o ingresso dos/as estudantes nas Universidades Públicas brasileiras. Em Joinville, o Bom Jesus/IELUSC é o colégio que mais aprova alunos/as no vestibular da UFSC.

Wachs afirma que “a individualização das situações de vida determina uma fé marcadamente pessoal e individual. (...) As pessoas consomem o que lhes agrada.” Os “clientes” das escolas luteranas também.¹⁹⁷ Sendo assim, pode-se concluir que, até o momento, as tensões e contradições internas não ultrapassaram de maneira significativa os muros da Associação Bom Jesus/IELUSC, desagradando

¹⁹⁵ HARDT, 2004, p.194.

¹⁹⁶ Entrevista BURGER, 2006, p.4.

¹⁹⁷ Cf. WACHS, 2001a, p.109.

definitivamente seus clientes. Apesar das decepções e inquietações da comunidade escolar, a Associação ainda é o local de encontro e convivência de um determinado grupo social, que preza a tradição e a opção de público estabelecida pelo Colégio. Faz parte dessa tradição o pertencimento, mesmo que artificial, à Comunidade Evangélica de Joinville, e, com isso, o rótulo “escola luterana”. Essa expressão é, para a proposta de gestão do Bom Jesus/IELUSC, muitas vezes uma “Coroa de Espinhos”. A confessionalidade luterana coloca diretrizes e fundamentos bíblicos, teológico-confessionais e pedagógicos que questionam profundamente determinadas opções e ações. Contudo, essa “marca” tem uma tradição que vai além do visível e tem um conteúdo intrínseco que supera, em muito, também o dizível. Essa “marca” agrada os/as “clientes” de Joinville e por isso é apresentada e vendida como uma “Flor de Páscoa”.

CONCLUSÃO

Palavras...silêncios...olhares...

Falar...omitir...calar...

Optar e ousar... Assumir conseqüências... Partes de um caminho que se faz ao caminhar. Trilhar esse caminho exigiu fazer recortes num pátio, regar plantas de alguns jardins e reconhecer os limites de muitos lugares. Resgatou histórias de vida, evidenciou projetos em disputa e questionou discursos eloqüentes.

Contar uma história que se funde, em parte, com a própria é ver-se num caminho um tanto difuso. No entanto, a caminhada tornou-se possível e significativa a partir da companhia de outros/as, de um necessário distanciamento e da abertura para ouvir velhas e novas histórias. Optei por falar sobre a confessionalidade luterana no Instituto Bom Jesus/IELUSC porque o tema possibilitou dar volume a muitos silêncios, permitiu falar dos olhares que impõem o calar e desafiou-me a usar palavras que se quer omitir.

A tensão que se apresenta no Bom Jesus/IELUSC, a partir de sua identidade confessional, perpassa toda a comunidade escolar, em maior ou menor grau. Analisar essa realidade exigiu uma reconstituição histórica desde a origem da Instituição, em 1866, onde se constata a constituição de uma escola particular, mantida para e por uma pequena elite. A escola existiu por quase um século sem vínculo confessional e construiu assim sua identidade. Conforme os relatos, a aquisição do Instituto Bom Jesus pela Comunidade Evangélica de Joinville, em 1963, não se deu por um ímpeto missionário, mas pela necessidade de garantir a cultura e a tradição alemãs. Contudo,

a partir do momento em que a escola foi adquirida, fez-se necessário reconhecê-la também por sua confessionalidade.

Conforme as informações obtidas, pode-se constatar que a expectativa do grupo que compôs o Departamento Educacional da CEJ era de que o reconhecimento da confessionalidade luterana se desse através da forma de exercício do poder na Instituição. Enquanto a antiga dona e diretora era conhecida por exercer um poder centralizador, o novo grupo responsável pelo Colégio visava a democratização do poder, seguindo o exemplo de gestão das paróquias da IECLB. Esperava-se que o Departamento Educacional, juntamente com o diretor, discutisse os rumos e propostas do Colégio. Isto não aconteceu, uma vez que o entendimento de poder do diretor/pastor também era centralizador, o que gerou muitos momentos de tensão. Com a mudança do diretor, 20 anos mais tarde, houve uma transformação nas relações de poder e nas relações com a IECLB e com a mantenedora. Procurou-se um convívio mais pacífico no pátio do Colégio e da Paróquia da Paz, ensaiou-se um discurso democrático e participativo e buscou-se também um espaço maior no “pátio” da IECLB. Essa busca é traduzida principalmente pela criação do pastorado escolar, em 1993, quando se começam a construir, no Colégio, maiores laços entre pedagogia e teologia, fazendo desse exercício um novo espaço no pátio, que passa a ocupar um lugar com jeito de jardim. Dessa experiência evolui o desejo de construção de um novo jardim, possibilitando a criação do pastorado universitário, no ano 2000.

As flores plantadas nesses novos espaços, conforme os relatos, não foram as encomendadas pelo poder dominante na Instituição. O entendimento de liderança, expresso pelo diretor em seus escritos, aparentemente não prevê espaço para lideranças que se somem a sua, em igualdade de condições, resguardadas as funções. A história dos dois jardins, dos dois pastorados, escolar e universitário, demonstra que a figura de um outro pastor é vista como uma ameaça ao poder estabelecido. Assim, depois de um tempo, os pastores são expulsos do jardim, sem direito a serem ouvidos pela Instituição. Outras instâncias os ouvem, mas a resolução tomada pelo Conselho Curador do Instituto é irrevogável, independente do modelo de relação trabalhista acordado entre as partes ou de qualquer outra decisão em nível eclesial.

A partir das experiências relatadas e da minha própria caminhada no Instituto e na IECLB, foi significativo e estimulante analisar os documentos referentes à política educacional da IECLB, da Rede Sinodal e do Bom Jesus/IELUSC. Contrapor teoria e prática é um exercício saudável para enxergar além das aparências. Nota-se que a simples comparação entre teorias, analisando e contrapondo os documentos das diferentes instâncias, possibilita importantes conclusões sobre a questão teológico-pedagógica. As Diretrizes da Política Educacional da IECLB prevêem uma intersecção dialógica entre pedagogia e teologia. Entretanto, essa intersecção é muito frágil e a observância nem sempre acontece. A IECLB propõe cinco dimensões para seus fundamentos pedagógicos: relacional, institucional, do conhecimento, metodológica e ética. A Rede Sinodal, nos seus fundamentos pedagógicos, omite a dimensão ética e o Bom Jesus/IELUSC, no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), omite as dimensões ética e relacional. É sintomático que todo o discurso democrático e dialógico presente no Instituto, hoje Associação, não seja visível nos fundamentos pedagógicos de seu PPP. Aliás, outro sintoma que revela uma lacuna pedagógica é a própria apresentação do PPP: são 27 páginas dedicadas à gestão educacional e 4 dedicadas à proposta pedagógica.

Quer me parecer que a tensão entre o dizível e o visível, a essência e a aparência, o particular e o comunitário está cada vez mais presente na Instituição e não se consegue desfazê-la.

Desde a origem da escola, há um pátio em disputa, uma confessionalidade esporadicamente em discussão e uma preocupação constante com a manutenção do poder. Essa realidade reforça a tensão existente na comunidade escolar e dá suporte a um dizer que não pode ser visto. A tradição é hoje reconhecida pelo espaço ocupado, pelos vínculos étnicos e eclesiais, pelo público alvo e pelo estudo de qualidade. Esses elementos servem de lastro para encobrir o exercício centralizador de poder, a indefinição confessional, os questionamentos aos fundamentos pedagógicos e a privatização do espaço comunitário. As pedras presentes no pátio continuam obstruindo a construção de novos jardins; mas, como toda verdade humana é relativa e deve ser peneirada pela dúvida, seriam essas pedras prenúncio de uma nova proposta arquitetônica para o pátio?

Na aparência, a confessionalidade luterana é a referência da Instituição/Associação e é apresentada ao público como “Flor de Páscoa”. As pedras no pátio convivem em harmonia com essa flor. Na essência, porém, a confessionalidade luterana questiona valores, provoca instabilidades, aponta as incoerências e é experimentada pelo poder, muitas vezes, como uma “Coroa de Espinhos”. As pedras no pátio convivem em luta com essa flor. Na aparência, a harmonia; na essência, a luta. No dizível, o diálogo; no visível, o monólogo. No comunitário, o pátio; no particular, as pedras. São as contradições de uma Instituição que também precisa ser desafiada a ver-se além das aparências.

REFERÊNCIAS

- ALLAGE, Vinícius. **[Carta ao Conselho de Pais do Colégio Bom Jesus]**. Joinville, 16 out.2005.
- BOM JESUS/IELUSC. **[Carta de demissão]**. Joinville, 14 set. 2001. OF/CBJ/074/01.
- _____. **[Carta de demissão]**. Joinville, 27 set. 2005.
- _____. **[Ao Conselho Sinodal do Sínodo Norte Catarinense]**, Joinville, 25 nov.2005.
- _____. **[Circular 002/05]**, Joinville, 05 out. 2005.
- _____. CONSELHO DE PAIS DE 4ª. A 8ª. SÉRIES – 2005. Joinville. **Ata p. 33-34.**
- _____. **Termo de Transação entre o Bom Jesus/IELUSC e o p.Carlos Musskopf.** 02 fev.2006.
- _____. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.** Versão 2007. Disponível em: www.bomjesusielusc.edu.br
Acesso em 23.dez.2006.
- BETTO, Frei. **A mosca azul. Reflexão sobre o poder.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em Educação:** conversa com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- BURGER, Hans. **História da aquisição do Instituto Bom Jesus.** Joinville, 8 de abril de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.
- CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Parecer n. 1/2000.** Pastorado Escolar. Porto Alegre, nov. 2000.
- CONSELHO DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Parecer n. 02/2006.** Definição de Escola Comunitária. São Leopoldo, ago. 2006.
- COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE. Joinville. **Livro de atas da CEJ de 1961 a 1969.**
- CRIANÇAS ABRAÇAM O VERDE. **Frente e Verso,** Joinville: Bom Jesus/IELUSC. Ano III, n.6, p.11, out. 2000.
- DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA IECLB. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana.** São Leopoldo:Sinodal. 2005.
- DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade.** São Leopoldo: Sinodal, 1984. 287 p.

- DREHER, M. N. O Professor Lutero e a Educação. In: **Lições**: Revista de ensino e pesquisa/ Rede Sinodal de Educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. n.16, p.5-10, jul./dez. 2003.
- FISCHER, Joachim H. Identidade confessional. Lições da história. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 43, n.1, p.29-42, 2003.
- FLECK, Dorival A. Luteranismo e Educação. In: GOLDMEYER, M., WACHS, M. C., MALSCHITZKY, G. (Orgs.). **Luteranismo e Educação**. São Leopoldo:Sinodal, 2006. p. 27–34.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão.Tradução de Raquel Ramalhete. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HARDT, Lúcia S. **Os fios que tecem a docência**. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação, Faculdade de Educação - UFRGS, Porto Alegre.
- HOCH, Lothar C. Educação evangélica a partir do conceito de vocação. In: **Lições**:revista de ensino e pesquisa. São Leopoldo, n.1,p. 26-36. 3º. Trimestre de 1985.
- IECLB. **Estatuto do Ministério com Ordenação**. Blumenau: Centro de Literatura da IECLB. Jul. 2003.
- _____. **Ordenamento Jurídico-doutrinário**. Blumenau: Centro de Literatura da IECLB. Jul. 2003.
- IUNG, Silvio. Apresentação. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana**. São Leopoldo:Sinodal. 2005. p. 7.
- KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**. Florianópolis:Papa livro, 1994.
- KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de escolas**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p.141-154.
- LERMEN, Tito L. **Uma Escola Comunitária Luterana e Sua Política de Qualidade (Educação Básica)**. Joinville, 2002.(polígrafo).
- _____. **Liderança na gestão por projetos**. 2. ed. Joinville:UNIVILLE, 2003a. 226 p.
- _____. **Tópicos essenciais para fundamentar a constituição de um Conselho Curador em uma Instituição Luterana/Escola Sinodal**. Joinville, 2003b. (polígrafo)
- _____. **Gestão educacional aplicada no Bom Jesus/IELUSC** – uma aproximação à compreensão do tema. Joinville, fev/2005. (polígrafo).
- _____. **Confessionalidade luterana no CBJ**. Joinville, 28 de agosto de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.
- _____. A gestão de conflitos na família e na escola. **Informativo Bom Jesus/IELUSC**. Boletim sobre a capacitação continuada de pais e professores. Joinville, n. 3, nov. 2006.
- MONICH, Alexandre A. Costurando uma pastoral escolar com a ética da diferença. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001. p.104-109.
- _____. **O primeiro pastorado escolar no CBJ**. Joinville, 31 de agosto de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.
- MUSSKOPF, Carlos. **Pastorado da Comunidade Estudantil no Bom Jesus/IELUSC**. Joinville, 12 de setembro de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO. In: REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO – IECLB. **Textos orientadores para a educação evangélico-luterana**. São Leopoldo:Sinodal. 2005.

SCHMIDT, Raul. **História da aquisição do Instituto Bom Jesus**. Joinville, 11 de abril de 2006. Entrevista concedida a Ruth L. W. Musskopf.

SIGNORINI, Jorge A. A confessionalidade luterana e o papel do pastor na escola luterana num contexto de pluralidade religiosa. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001. p.123-128.

SÍNODO NORTE CATARINENSE. Joinville. **Livro de atas n.2 do Sínodo Norte-catarinense**.

STRECK, Gisela I. W. **Escola Comunitária: fundamentos e identidade**.São Leopoldo:Sinodal/EST, 2005. 146 p. (Teses e Dissertações, 25).

TERNES, Apolinário. **Colégio Bom Jesus – 60 anos de ensino**. Joinville: Gráfica Meyer, 1986.

WACHHOLZ, Wilhelm. "IECLB": caminhos de uma confessionalidade (diagnósticos e prognósticos). **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 43, n.1, p.14-28, 2003.

WACHS, Manfredo C. Pastorado escolar – Perspectivas e desafios de uma nova pastoral educacional. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 41, n.1, p. 94-114, 2001a.

WACHS, Manfredo C. Pastorado escolar e a dimensão missionária. In: KLEIN, R.; WACHS, M. C.; FUCHS, H. L. (orgs.). **O ensino religioso e o pastorado escolar**. Simpósio IEPG. São Leopoldo: EST, 2001b. p. 80-89.

ANEXO A – Roteiro de entrevista com o Pastor Hans Burger e com o Senhor Raul Schmidt.

- 1 – O Colégio Bom Jesus, até 1963, era uma escola particular, não confessional. Como se deu a aquisição do Colégio pela Comunidade Evangélica de Joinville (CEJ), como se expressou a confessionalidade luterana e quais as diferenças que se estabeleceram a partir da nova proprietária?
- 2 – Como foi definida a contratação do Pastor Michel e de que forma ele participou na definição de uma identidade confessional luterana para o Colégio?
- 3 – A partir da aquisição do Colégio pela CEJ, houve mudanças significativas no currículo?
- 4 – O livro de atas da CEJ faz menção a relatórios do Departamento Educacional, mas esses não acompanham o livro. O senhor sabe onde eles podem ser encontrados?
- 5 – Tanto no tempo da Deutsche Schule quanto no de dona Ana Maria Harger, o Colégio dividia o pátio com a Comunidade. Como se davam as relações a partir desse uso comum do pátio?
- 6 – Como era a relação do Pastor Michel com o Departamento Educacional e com o Conselho Eclesiástico da CEJ?

ANEXO B – Roteiro de entrevista com o Pastor Tito Lívio Lermen

- 1 – Como a identidade confessional luterana se expressava no Colégio em 1984, quando houve a mudança de direção, e que iniciativas a nova direção tomou a partir da realidade que se apresentava?
- 2 – Quais são os princípios éticos da Instituição?
- 3 – Quais os passos que foram dados, durante esta gestão, em direção a uma maior aproximação da IECLB?
- 4 – A criação dos pastorados escolares na Instituição pode ser considerada parte desse movimento de aproximação?

Roteiro de entrevista com o Pastor Alexandre Ari Monich

- 1 – Como foi o início do pastorado escolar no Bom Jesus, quais foram suas ênfases e quais as razões de sua extinção?
- 2 – Por que o Bom Jesus criou um pastorado escolar?
- 3 – Por que, quando de tua demissão, não houve uma movimentação dos professores e das professoras contra essa medida, uma vez que a grande maioria te apoiava?
- 4 – Houve algum recurso, de tua parte, com relação ao Conselho Curador?
- 5 – Como foi a atuação da Secretaria Geral da IECLB e do Pastor Sinodal durante o processo de demissão? Qual é teu vínculo profissional com a IECLB hoje?

Roteiro de entrevista com o Pastor Carlos Muskopf

- 1 – Como foi o início do pastorado universitário no Bom Jesus/IELUSC, quais foram suas ênfases e quais as razões de sua extinção?
- 2 – Por que o Bom Jesus/IELUSC criou um pastorado universitário?
- 3 – Como foi a movimentação/reação de pais, mães, alunos, alunas, professores, professoras, funcionários e funcionárias quando de tua demissão?
- 4 – Como era a tua relação com o Conselho Curador?
- 5 – Como foi a atuação da Secretaria Geral da IECLB e do Pastor Sinodal durante o processo de demissão? Qual é teu vínculo profissional com a IECLB hoje?

ANEXO C – Termos de consentimento livre e esclarecimento para pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO PARA PESQUISA

Caro/a Senhor/a,

Eu, **RUTH LEONORA WINCKLER MUSKOPF**, pastora, portadora do CPF 405.481.390-91, RG 1047470784, residente na Rua Benedito Campos, nº 287, CEP 89218-260, na cidade de Joinville, telefone de contato: 3425 8585, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **CONFESSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC – FLOR DE PÁSCOA OU COROA DE ESPINHOS?**

O objetivo deste estudo é discutir as possibilidades e limites de uma Escola confessional e necessito que o/a Sr/Sra. forneça informações a respeito de sua participação na história do educandário em foco.

Sua participação nesta pesquisa, que se dará através de entrevista, é voluntária e não deverá causar qualquer constrangimento. As informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas apenas para a finalidade desta pesquisa.

Sua participação proporcionará um melhor conhecimento a respeito da relação das Escolas confessionais luteranas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Informo que o/a Sr/Sra. tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, ficando assegurada a liberdade para abandoná-lo em qualquer etapa de seu desenvolvimento.

Informo, ainda, que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes do programa de Mestrado da EST e que será divulgada a identificação dos/as entrevistados/as.

Este projeto foi aprovado pela orientadora do programa de Mestrado Profissionalizante em Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia – EST.

Hans Burger, glli Data 02, 04, 2006

Nome:

Endereço: R. Cons. Pedreira, 624 - Joinville

Fone: (47) 3424 1042

Hans Burger

Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora Ruth L. W. Muskopf

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO PARA PESQUISA

Caro/a Senhor/a,

Eu, RUTH LEONORA WINCKLER MUSSKOPF, pastora, portadora do CPF 405.481.390-91, RG.1047470784, residente na Rua Benedito Campos, nº 287, CEP 89218-260, na cidade de Joinville, telefone de contato: 3425 8585, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é CONFSSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC – FLOR DE PÁSCOA OU COROA DE ESPINHOS?

O objetivo deste estudo é discutir as possibilidades e limites de uma Escola confessional e necessito que o/a Sr/Sra. forneça informações a respeito de sua participação na história do educandário em foco.

Sua participação nesta pesquisa, que se dará através de entrevista, é voluntária e não deverá causar qualquer constrangimento. As informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas apenas para a finalidade desta pesquisa.

Sua participação proporcionará um melhor conhecimento a respeito da relação das Escolas confessionais luteranas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Informo que o/a Sr/Sra. tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, ficando assegurada a liberdade para abandoná-lo em qualquer etapa de seu desenvolvimento.

Informo, ainda, que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes do programa de Mestrado da EST e que será divulgada a identificação dos/as entrevistados/as.

Este projeto foi aprovado pela orientadora do programa de Mestrado Profissionalizante em Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia – EST.

Raul Schmidt Data 13, 09, 06

Nome: RAUL SCHMIDT

Endereço: RUA AUBERT 841 Joinville

Fone: (48) 3422-6939

Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora

Ruth L. W. Musskopf

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO PARA PESQUISA

Caro/a Senhor/a,

Eu, **RUTH LEONORA WINCKLER MUSSKOPF**, pastora, portadora do CPF 405.481.390-91, RG 1047470784, residente na Rua Benedito Campos, nº 287, CEP 89218-260, na cidade de Joinville, telefone de contato: 3425 8585, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **CONFESSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC – FLOR DE PÁSCOA OU COROA DE ESPINHOS?**.

O objetivo deste estudo é discutir as possibilidades e limites de uma Escola confessional e necessário que o/a Sr/Sra. forneça informações a respeito de sua participação na história do educandário em foco.

Sua participação nesta pesquisa, que se dará através de entrevista, é voluntária e não deverá causar qualquer constrangimento. As informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas apenas para a finalidade desta pesquisa.

Sua participação proporcionará um melhor conhecimento a respeito da relação das Escolas confessionais luteranas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Informo que o/a Sr/Sra. tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, ficando assegurada a liberdade para abandoná-lo em qualquer etapa de seu desenvolvimento.

Informo, ainda, que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes do programa de Mestrado da EST e que será divulgada a identificação dos/as entrevistados/as.

Este projeto foi aprovado pela orientadora do programa de Mestrado Profissionalizante em Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia – EST.

_____ *João Leite* Data 28.08.2006
 Nome: *Tito Luiz Lenner*
 Endereço: *R. Lagos, 157*
 Fone: () *047 34332002*

Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora

Ruth L. W. Musskopf

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO PARA PESQUISA

Caro/a Senhor/a,

Eu, **RUTH LEONORA WINCKLER MUSSKOPF**, pastora, portadora do CPF 405.481.390-91, RG. 1047470784, residente na Rua Benedito Campos, nº 287, CEP 89218-260, na cidade de Joinville, telefone de contato: 3425 8585, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **CONFESSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC – FLOR DE PÁSCOA OU COROA DE ESPINHOS?**

O objetivo deste estudo é discutir as possibilidades e limites de uma Escola confessional e necessito que o/a Sr/Sra. forneça informações a respeito de sua participação na história do educandário em foco.

Sua participação nesta pesquisa, que se dará através de entrevista, é voluntária e não deverá causar qualquer constrangimento. As informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas apenas para a finalidade desta pesquisa.

Sua participação proporcionará um melhor conhecimento a respeito da relação das Escolas confessionais luteranas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Informo que o/a Sr/Sra. tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, ficando assegurada a liberdade para abandoná-lo em qualquer etapa de seu desenvolvimento.

Informo, ainda, que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes do programa de Mestrado da EST e que será divulgada a identificação dos/as entrevistados/as.

Este projeto foi aprovado pela orientadora do programa de Mestrado Profissionalizante em Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia – EST.

Joinville Data 31 10 8 2006

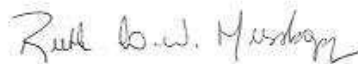
Nome: MARICHELIA PAZ MACHO

Endereço: RUA GUILHERME KROCH, 660

Fone: () 3425 55410


Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO PARA PESQUISA

Caro/a Senhor/a,

Eu, **RUTH LEONORA WINCKLER MUSSKOPF**, pastora, portadora do CPF 405.481.390-91, RG.1047470784, residente na Rua Benedito Campos, nº 287, CEP 89218-260, na cidade de Joinville, telefone de contato: 3425 8585, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **CONFESSIONALIDADE LUTERANA NO BOM JESUS/IELUSC – FLOR DE PÁScoa OU COROA DE ESPINHOS?**.

O objetivo deste estudo é discutir as possibilidades e limites de uma Escola confessional e necessito que o/a Sr/Sra. forneça informações a respeito de sua participação na história do educandário em foco.

Sua participação nesta pesquisa, que se dará através de entrevista, é voluntária e não deverá causar qualquer constrangimento. As informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas apenas para a finalidade desta pesquisa.

Sua participação proporcionará um melhor conhecimento a respeito da relação das Escolas confessionais luteranas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Informo que o/a Sr/Sra. tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, ficando assegurada a liberdade para abandoná-lo em qualquer etapa de seu desenvolvimento.

Informo, ainda, que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes do programa de Mestrado da EST e que será divulgada a identificação dos/as entrevistados/as.

Este projeto foi aprovado pela orientadora do programa de Mestrado Profissionalizante em Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-graduação da Escola Superior de Teologia – EST.

_____ Joinville Data 26/12/2009
 Nome: CARLOS MUSSKOPF
 Endereço: R. Benedito Campos, 278
 Fone: (47) 3425 8585


 Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora 

ANEXO D – Foto da Deutsche Schule, após a ampliação de 1910.



ANEXO E – Foto atual do Bom Jesus/IELUSC: 3 unidades e complexo esportivo

